UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Victoria Miranda da Silva Costa

Um prato cheio de conhecimento: concepções de profissionais de um CMEI sobre a formação para uma alimentação saudável

Goiânia-GO
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): **Victoria Miranda da Silva Costa**

Título do trabalho: **Um prato cheio de conhecimento: concepções de profissionais de um CMEI sobre a formação para uma alimentação saudável**

2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)
Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por Denise Silva Araújo, Professor do Magistério Superior, em 27/04/2022, às 23:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por VICTORIA MIRANDA DA SILVA COSTA, Discente, em 28/04/2022, às 18:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2861497 e o código CRC 8B3B51AD.

Referência: Processo nº 23070.019321/2022-73 SEI nº 2861497

Victoria Miranda da Silva Costa

Um prato cheio de conhecimento: concepções de profissionais de um CMEI sobre a formação para uma alimentação saudável

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Educação como requisito para obtenção de grau em licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás.
Área de concentração: Educação Infantil
Orientadora: Profª. Drª. Denise Silva Araújo

Goiânia-GO
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Costa, Victoria Miranda da Silva
Um prato cheio de conhecimento: concepções de profissionais de um CMEI sobre a formação para uma alimentação saudável [manuscrito] / Victoria Miranda da Silva Costa. - 2022.
LXVII, 67 f.

Orientador: Profa. Dra. Denise Silva Araújo; co-orientador Dr. Michell Pedruzzi Mendes Araújo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Goiânia, 2022.
Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, lista de figuras.

1. alimentação saudável. 2. Educação Infantil. 3. cuidar e educar. 4. consciência alimentar. I. Araújo, Denise Silva, orient. II. Título.

CDU 37

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos treze dias do mês de abril do ano de 2022, iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Um prato cheio de conhecimento: concepções de profissionais de um CMEI sobre a formação para uma alimentação saudável", de autoria de Victoria Miranda da Silva Costa, do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela Profa. Dra. Denise Silva Araújo com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Michell Pedruzzi Mendes Araújo (coorientador) e Dra. Thaís Regina de Carvalho (avaliadora). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 10,0, tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Denise Silva Araújo**, **Professor do Magistério Superior**, em 13/04/2022, às 22:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Michell Pedruzzi Mendes Araújo**, **Professor do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 01:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Thaís Regina De Carvalho**, **Professora do Magistério Superior**, em 14/04/2022, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2831440** e o código CRC **A9108228**.

Referência: Processo nº SEI nº 2831440

23070.019321/2022-73

Dedico este trabalho a todos que, como eu, foram contra todas as estatísticas e palavras de desânimo quando decidiram ser professores e mudar a vida das pessoas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, que me sustentou e iluminou durante todo o meu percurso acadêmico (que espero não se encerrar aqui). Especialmente nos momentos mais difíceis, que foram o começo e o fim.

A minha família e namorado que me apoiaram incondicionalmente em todos os sentidos, desde a decisão de me aventurar sozinha em Goiânia, até o momento que tive que voltar para casa por conta da pandemia do Covid-19 e dar prosseguimento nos estudos de modo remoto. Eles que não me deixaram desistir e sempre me incentivaram a estudar e buscar minha felicidade, sejam quais fossem as minhas escolhas.

As minhas amigas da graduação que sempre foram acolhedoras, prestativas, necessárias, engraçadas e faladeiras. Sempre me ajudaram de alguma forma, fosse com palavras, com refeição juntas, com carona, com força em trabalhos. Em especial, Elaine Frazão, Karollina Schineider, Letícia Corrêa e Maiara Leal.

Aos meus amigos queridos da célula Metanóia e Tetelestai, que assim como eu, foram a Goiânia em busca de seus sonhos. Vocês foram meus amigos mais chegados que um irmão, a família que a gente escolhe. Obrigada pelas preocupações, apoio, amizade, madrugadas de conversas e filmes, loucuras e muitas emoções. Em especial, Júnior Araújo, Andressa Pimentel, Cláudio Weliton e Andressa Mendes. Vocês são incríveis!

Agradeço as experiências que passei, os caminhos que trilhei, às pessoas com quem cruzei. Agradeço também aos colegas e aos professores que me trouxeram até aqui, toda a bagagem e evolução que tive como pessoa e como profissional, devo isso também a vocês. Aqui, agradeço em especial à professora Daniela Lima que me ensinou tanto e foi mais que uma orientadora de Iniciação Científica.

Agradeço também a professora Denise Araújo, minha orientadora, o professor Michell Pedruzzi e a professora Thaís de Carvalho que compõem a banca e que foram importantíssimos no meu último ano de graduação. Inspiraram-me, contribuíram e me incentivaram a ser tão incrível quanto eles são.

Por último, agradeço a mim, por não ter desistido e sentir que hoje, todo esforço valeu a pena. E que sou capaz de ir cada vez mais adiante!

Comida não é apenas uma substância alimentar mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que ingere. (DAMATTA, 1986, p. 56).

RESUMO

Esta monografia teve como objetivo investigar as concepções de profissionais de educação de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) sobre a formação para uma alimentação saudável. Para isso, o trabalho se apoia no binômio de cuidar e educar que rege as instituições de Educação Infantil, que são espaços privilegiados para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, trazendo os conceitos de alimentação saudável, comensalidade e o ato de comer enquanto cultura. Utilizando Vigotski (1991) e Leontiev (2010), busca-se reconhecer as relações sociais como meio de estabelecer sentidos e significados no momento da alimentação, sendo o professor, o facilitador no processo das crianças adquirirem uma consciência alimentar. Para isso, utiliza-se a pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, que se dividiu em duas etapas. A primeira consistiu de uma pesquisa teórica dividida entre: pesquisa bibliográfica e documental. A segunda etapa compreendeu a pesquisa de campo, configurando-se um estudo de caso que teve como procedimentos de recolha de dados o questionário e a execução de uma roda de conversa. Essas etapas metodológicas possibilitaram relacionar conceitos teóricos com os dados produzidos na realidade concreta. Como resultados, desvelou-se que são muitas as dificuldades enfrentadas para trabalhar a temática da alimentação saudável nas instituições, desde a falta de formação específica dos profissionais da educação, a falta de ações de apoio por parte da Secretaria de Educação e, até mesmo, a falta de consciência das famílias envolvidas. Vale destacar que essa temática é amplamente discutida e trabalhada no CMEI, no entanto os profissionais permanecem resolutos em suas práticas, visto o caráter determinista do cardápio ofertado pela Secretaria de Educação, além da incipiência de formação adequada para abordar o assunto. Desse modo, ressalta-se que são necessárias mais investigações sobre o tema e seus desdobramentos que foram levantados durante esta pesquisa, como aprofundar os conhecimentos de como se dá o processo de aprendizagem e desenvolvimento da consciência alimentar, partindo de Vigotski e Leontiev e formação continuada para os profissionais de educação.

Palavras-chave: alimentação saudável; educação infantil; cuidar e educar; consciência alimentar.

ABSTRACT

This monograph aimed to investigate the conceptions of education professionals from a Municipal Center for Early Childhood Education (CMEI) on training for healthy eating. For this, the work is based on the binomial of caring and educating that governs Early Childhood Education institutions, which are privileged spaces for the promotion of healthy eating habits, bringing the concepts of healthy eating, commensality and the act of eating as a culture. Using Vygotsky (1991) and Leontiev (2010), we seek to recognize social relationships as a means of establishing meanings at the time of eating, with the teacher being the facilitator in the process of children acquiring food awareness. For this, a qualitative approach research is used, of the exploratory type, which was divided into two stages. The first consisted of a theoretical research divided between: bibliographic and documental research. The second stage comprised field research, setting up a case study that had as data collection procedures the questionnaire and the execution of a conversation circle. These methodological steps made it possible to relate theoretical concepts with the data produced in concrete reality. As a result, it was revealed that there are many difficulties faced in working on the theme of healthy eating in institutions, from the lack of specific training of education professionals, the lack of support actions by the Department of Education and, even, the lack of awareness of the families involved. It is worth noting that this theme is widely discussed and worked on at CMEI, however professionals remain resolute in their practices, given the deterministic nature of the menu offered by the Department of Education, in addition to the incipient training to address the subject. In this way, it is emphasized that more investigations are needed on the subject and its developments that were raised during this research, how to deepen the knowledge of how the process of learning and development of food awareness takes place, starting from Vygotsky and Leontiev and continuing education for education professionals.

Keywords: healthy eating; child education; care and educate; food conscience.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formação dos profissionais 32

Quadro 2 - Cursos de graduação dos profissionais que atuam no CMEI…….33

Quadro 3 - Concepções sobre Alimentação Saudável……..37

Quadro 4 - Hábitos alimentares saudáveis dos entrevistados……...39

Quadro 5 - Alimentos que crianças menores de 2 anos não deveriam receber……42

Quadro 6 - Momentos em que a alimentação saudável é abordada no CMEI…….44

Quadro 7 - "Como você pode possibilitar uma alimentação saudável no CMEI?".....45

Quadro 8 - "O CMEI possui alguma dificuldade para promover uma alimentação saudável?".....47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras com as formações em pós-graduação.....33

Figura 2 - Nuvem de palavras com as principais atividades exercidas pelos profissionais de educação no CMEI……...35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área de atuação dos profissionais no CMEI 30

Gráfico 2 - Idade dos participantes da pesquisa……..31

Gráfico 3 - Gênero dos participantes da pesquisa……...31

Gráfico 4 - Tempo de atuação na área da educação……34

Gráfico 5 - Tempo de atuação na Educação Infantil……...34

Gráfico 6 - Tempo de atuação nesse CMEI……...….34

Gráfico 7 - Quão relevante é alimentação saudável para os participantes…….37

Gráfico 8 - "Minha família tem hábitos alimentares saudáveis".....38

Gráfico 9 - "Que tipo de alimento você considera saudável?".....39

Gráfico 10 - "Que tipo de alimento você não considera saudável?".....40

Gráfico 11- "Você conhece o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos?".....41

Gráfico 12 - "A alimentação saudável é um assunto importante no CMEI".....43

Gráfico 13 - "Quais ações que favoreçam a alimentação saudável existem no CMEI?".....46

Gráfico 14: "Os pais incentivam uma alimentação saudável?".....48

Gráfico 15 - Fatores que dificultam a alimentação saudável em casa…….49

Gráfico 16 - "Possui alguma formação para abordar a temática na educação?".....50

Gráfico 17 - "É responsabilidade da instituição promover hábitos alimentares saudáveis?".....52

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CF- Constituição Federal

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEI- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EI - Educação Infantil

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SME - Secretaria Municipal de Educação

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ……...16

2 O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA ……20

2.1 BREVE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO QUE PAUTA A EDUCAÇÃO INFANTIL……...20

2.2 EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ……24

2.2 EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ……24

3 ESTUDO DE CASO DE UM CMEI DA CIDADE DE GOIÂNIA……29

3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES ……...29

3.2 AS CONCEPÇÕES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL …….36

3.3 AS CONCEPÇÕES DE UMA EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ……42

CONSIDERAÇÕES FINAIS ……54

REFERÊNCIAS ……55

APÊNDICE I ……..58

APÊNDICE II……60

1 INTRODUÇÃO

A alimentação saudável é direito básico de todo ser humano, como consta no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), legitimada por 153 países, e garantida também no Brasil, na Constituição Federal (1988) no seu artigo 6º[1]. Assegurar o exposto é dever do Estado e envolve muitos fatores a serem considerados como aspectos biológicos, sociais e culturais, como está indicado no Guia Alimentar Para a População Brasileira (2014). Ademais, o documento[2] considera que alimentação saudável é mais que a ingestão de nutrientes, envolve o modo de se alimentar, as características culturais e as condições sociais do indivíduo.

A infância é a fase em que adquirimos boa parte dos nossos conhecimentos, laços afetivos e hábitos, inclusive, o de ter uma boa alimentação. Diversos documentos oficiais reforçam a importância e o cuidado com a alimentação na fase escolar, principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que teve sua origem na década de 1940 e consiste em oferecer alimentação nas escolas e ações educativas sobre alimentação e nutrição para todos que são atendidos na Educação Básica. De acordo com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, pelo menos 30% do valor repassado aos Estados e Municípios deve ser utilizado para a compra de produtos de agricultura familiar, a fim de garantir qualidade nutricional das refeições oferecidas que são prescritas por nutricionistas e que atendem a unidade escolar ou toda a rede municipal de educação.

Como espaços que promovem o cuidar e educar de maneira indissociável, as instituições de Educação Infantil (EI) têm a sua relevância. No passado, as creches, escolas maternais e jardins de infância e demais instituições pré-escolares assumiam predominantemente uma função assistencialista com enfoque na higiene, guarda, alimentação e cuidados físicos e pouco consideravam as ações pedagógicas. Essa primeira etapa da educação básica sofreu avanços ao longo dos anos, mas diversos temas ainda são pouco explorados e trabalhados, como é o caso da formação para uma alimentação saudável (PASCHOAL; MACHADO, 2008).

A partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, instituiu-se a obrigatoriedade da articulação entre cuidar e educar, e a tarefa educativa passou

[1] O item "alimentação" só ganhou espaço na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 64, de 2010.

[2] Este documento foi elaborado com linguagem fácil para que todas as pessoas possam ter acesso às informações.

a ser tão importante quanto a guarda e o cuidado das crianças pequenas. Nesse sentido, o artigo 29 da LDB traça como finalidade da EI o desenvolvimento integral da criança até 5 anos e 11 meses de idade, nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, a fim de complementar a atuação da família e da comunidade.

Ante o exposto, faz-se necessário investigar como a alimentação saudável tem sido trabalhada na Educação Infantil, como um dos aspectos relevantes da educação integral da criança pequena. Assim, no bojo deste trabalho, pretendeu-se investigar como os profissionais da educação – todos que fazem parte do quadro de funcionários da instituição – entendem os conceitos de alimentação saudável, como é a relação deles com a comida, como eles enxergam a relação das crianças com a comida e de que maneira a relação sociocultural entre os profissionais e as crianças pode contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis. Nesse percurso, elegeu-se como problema para este trabalho monográfico: Quais são as concepções dos profissionais de educação de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) sobre a formação para uma alimentação saudável?

O tema "Alimentação Saudável" sempre foi um assunto de interesse recorrente em minha vida. Considerando minhas experiências como auxiliar de sala de aula e estagiária ao longo do curso de Pedagogia, observava que a alimentação não era uma grande preocupação dos funcionários das instituições ou dos familiares, que sempre optaram por agradar o gosto da criança. Pude observar que o que as crianças levavam à escola demonstrava a inexistência de um hábito alimentar saudável estimulado na maioria dos contextos familiares.

Como parte das matrizes curriculares dos cursos da Universidade Federal de Goiás (UFG), temos que escolher disciplinas que compõem o "núcleo livre", em que o aluno tem oportunidade de cursar componentes curriculares em outras unidades da UFG. Considerando isso, optei por fomentar o meu interesse no tema buscando outras visões em outros cursos, como, por exemplo, a disciplina "Desenvolvimento da Primeira Infância: Abordagem Interdisciplinar" ofertada pela Faculdade de Odontologia, e a disciplina "Alimentação Saudável" ofertada pela Faculdade de Nutrição.

Conjecturando a possibilidade de abordar a alimentação saudável como temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), durante as pesquisas bibliográficas, observou-se a predominância de trabalhos no âmbito da saúde e da nutrição, em que nutricionistas, médicos, fisioterapeutas e enfermeiros desenvolvem o tema em escolas e em espaços não formais de educação. Com uma quantidade enorme de trabalhos encontrados nessas áreas, nos bancos de dados Scielo e BDTD, tornando não possível a investigação e sistematização destes, optou-se por não levar a pesquisa bibliográfica adiante e concentrar em investigar os trabalhos mais

relevantes para este trabalho, portanto, torna-se imperativo trabalhar e pesquisar a temática com um olhar pedagógico e humano, abordando-a no contexto educacional. Para que isso fosse possível, consideramos a perspectiva sociocultural do desenvolvimento humano como norteadora do caminho galgado.

Sendo assim, neste trabalho, objetivou-se, de forma geral, **compreender quais são as concepções dos profissionais de educação de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) sobre a formação para uma alimentação saudável.** De modo específico, buscou-se: analisar como o tema "Alimentação Saudável" tem sido trabalhado na Educação Infantil, bem como o entendimento dos profissionais da educação – todos que fazem parte do quadro de funcionários de um CMEI – sobre a Alimentação Saudável; conhecer como é a relação dos funcionários de um CMEI com a comida e como eles enxergam a relação das crianças com a comida; compreender de que maneira a mediação pedagógica, sob a perspectiva sócio-histórica, pode contribuir para a promoção de hábitos alimentares saudáveis; investigar quais são os documentos oficiais nacionais que abordam a importância da alimentação saudável e como a temática é abordada nesses documentos.

Considerando o percurso metodológico, este trabalho, em sua abordagem, classifica-se como qualitativo. De acordo com Severino (2007), a análise qualitativa surge com a necessidade de considerar o homem como objeto de estudo, mas entendendo que é um sujeito social com suas especificidades. Em consonância, Godoy (1995, p. 21) afirma que, na perspectiva qualitativa, "um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada".

Concernentemente ao tipo, a investigação aqui apresentada configurou-se como uma pesquisa exploratória em duas partes: uma pesquisa bibliográfica e de campo. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a fim de embasar essa pesquisa por meio de artigos científicos, teses e dissertações, além de trabalhos de conclusão de curso. Segundo Gil (2002), pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Nessa fase da pesquisa bibliográfica, foram analisados os conceitos de alimentação saudável, educação alimentar, comensalidade, a importância da aprendizagem para o desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos, educação infantil e o papel da escola como espaço que promova a formação para uma educação que promova uma alimentação saudável. Foi adotada como teoria, uma visão sócio-histórico cultural e dialética, à luz de Vigotski (1991; 2001), Leontiev (2010), Oliveira (2008; 2013) e outros autores que colaborem com a percepção da mediação entre crianças e trabalhadores da educação de um CMEI acerca da

formação de uma educação para uma alimentação saudável, pois, considerando que cada profissional possui um papel diferente na atuação no CMEI, atribuir-se-ão sentidos diferentes nessa formação educacional.

Foi realizada também uma pesquisa documental, em que se procurou investigar como a temática tem sido abordada em documentos legais e oficiais (Constituição Federal de 1988, LDB, BNCC, DCNEI, Guia Alimentar para a População Brasileira, Leis e Decretos).

A outra etapa da pesquisa consistiu na realização de um estudo de caso que se configura, segundo Severino (2007), como o "estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo".

O estudo de caso foi realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) específico, sem a pretensão de generalizar o que foi analisado após a coleta dos dados. Essas informações foram obtidas por meio de um questionário estruturado com perguntas fechadas que identificaram quem são esses sujeitos no sentido de faixa etária, formação, estado civil, e perguntas abertas a fim de apreender os sentidos que eles atribuem à alimentação saudável e à educação para uma alimentação saudável. Tratou-se de um questionário que visava apreender as concepções dos profissionais de educação de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) sobre a formação para uma alimentação saudável.

Quanto aos aspectos éticos, os participantes receberam um termo de consentimento livre e esclarecido, apêndice I, contendo todas as informações necessárias para a realização da pesquisa. A participação na pesquisa foi voluntária, livre e gratuita; não houve nenhum tipo de pagamento ou despesas para o voluntário; não havia penalidade alguma caso o voluntário desistisse da participação; os questionários não foram compartilhados com terceiros; a identidade dos participantes e da instituição foi preservada em sigilo; os dados obtidos a partir da pesquisa puderam ser publicados; os participantes tiveram acesso à monografia finalizada e antes de sua apresentação para avaliação do conteúdo e autorização da divulgação; para quaisquer dúvidas, foram disponibilizados os contatos da pesquisadora.

Esta monografia se inicia com esta introdução e, em seguida, foi dividida em dois capítulos. O primeiro se dedica a fazer uma breve revisão histórica da Educação Infantil no Brasil e seus avanços políticos e jurídicos, enfatizando o cuidar e educar e a relação de aprendizado e desenvolvimento, segundo Vigotski e outros autores colaboradores, além da educação para uma alimentação saudável, considerando a alimentação enquanto cultura e o conceito de comensalidade. Já o segundo capítulo aborda o estudo de caso realizado em um Centro Municipal de Educação Infantil da cidade de Goiânia e a análise de dados da pesquisa, seguido das considerações finais do trabalho.

2 O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

Este capítulo está organizado em duas partes, pensando em pautar a atuação pedagógica quanto à promoção de hábitos alimentares saudáveis, a primeira parte busca apresentar e analisar a documentação que pontua o direito das crianças a serem cuidadas e educadas de maneira que este binômio seja indissociável, visando uma formação integral. A segunda parte deste capítulo propõe-se a apresentar a alimentação saudável enquanto um direito que é contemplado no cuidar e educar que pauta a Educação Infantil, além de apresentar conceitos importantes para a atuação docente nesta temática.

2.1 BREVE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO QUE PAUTA A EDUCAÇÃO INFANTIL

O espaço da Educação Infantil - EI passou por muitos desafios antes de se tornar o ambiente privilegiado que hoje é considerado. A história da EI é marcada pelo caminhar das concepções de infância e de criança à medida que outros acontecimentos históricos iam ocorrendo, como por exemplo a inserção da mulher no mercado de trabalho. Além disso, o entendimento do papel de cada indivíduo na formação da criança também corrobora para as ações sociais, segundo Oliveira (2013) por parte do poder público e da iniciativa privada. Oliveira (2008) ainda declara:

> Práticas educativas e concepções acerca da educação da criança pequena em creches e pré-escolas foram sendo modificadas a partir de situações sociais concretas que, por sua vez, geraram regulamentações e leis enquanto parte de políticas públicas historicamente elaboradas. (OLIVEIRA, 2008, p.79).

O atendimento de crianças de zero a seis anos de idade iniciou inspirado em modelos educacionais vindos da Europa Ocidental no século XIX segundo Nunes, Corsino, Didonet (2011) e nos apresenta as creches com caráter assistencialista e direcionada aos pobres, órfãos ou filhos de trabalhadores, visando cuidados físicos, saúde e formação de hábitos de higiene e alimentação, enquanto os jardins de infância tinham cunho educacional, portando-se para as crianças de classes sociais abastadas, pensando na formação social, cultural, afetivo e cognitivo por meio de atividades lúdicas. "É a visão dicotomizada da infância" (NUNES; CORSINO; DIDONET, 2011, p. 18). Mais tarde, esta visão vai resultar nos conceitos de criança e menor, respectivamente, era a criança branca e saudável, filho de famílias de classe média e alta, enquanto "menor" eram crianças negras, desnutridas e de famílias desestruturadas. Essa visão, segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011), só passou a ser

dissipada no período entre a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) é conhecida como a constituição cidadã, em virtude da sua construção após um período ditatorial no Brasil. Sua inovação se estabelece também no amparo às crianças que são consideradas como sujeitos de direitos, que, segundo Araújo (2006), atribuiu-lhe a condição de cidadã, cuja proteção integral deve ser assegurada pela família, pela sociedade e pelo poder público, com absoluta prioridade. Antes da constituição vigente, a primeira etapa da Educação Básica era conhecida como Pré-escolar, sinalizando uma preparação para uma escolarização que só teria seu início na etapa do Ensino Fundamental I, e seu reconhecimento só foi modificado por meio da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, hoje, trata-se da Educação Infantil. "Essa etapa foi reconhecida como um ciclo próprio da existência humana [...]" (CURY, 2020, p. 55).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) é outro documento importante que garante proteção integral às crianças. O artigo 3º particulariza os seguintes itens: "desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade", que conversa com o dever da instituição educacional em complementar a educação familiar, respeitando, dialogando e valorizando a cultura dessa comunidade, por intermédio de intervenções pedagógicas que permitam às crianças sistematizar seus conhecimentos prévios com os novos conhecimentos apreendidos nas creches e pré-escolas.

Em 1996, entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996 (BRASIL, 1996) e, com isso, muitos avanços para a EI, que é o foco do presente trabalho. Nesse ínterim, o artigo 4º garante dois pontos importantes com relação aos direitos das crianças, que são deveres do Estado: obrigatoriedade e gratuidade a partir dos 4 anos de idade e EI gratuita para crianças até 5 anos de idade. Além disso, os artigos 29º, 30º e 31º explicitam a finalidade e organização da EI. Segundo Oliveira (2013), a LDB reorganiza a educação brasileira, pois amplia o conceito de educação básica; expande o conceito de educação vinculando o mundo do trabalho e prática sociais; aumenta a responsabilidade das unidades escolares, além das creches e pré-escolas permitindo progressiva autonomia pedagógica e administrativa; ainda estimula a participação dos profissionais educação na elaboração dos projetos políticos pedagógicos. Novas concepções foram pensadas para as propostas pedagógicas, assim um Referencial Curricular Nacional (RCNEI) foi formulado pelo MEC e Diretrizes Nacionais para Educação Infantil (DCNEI/1999) foram definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

O Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998) prevê, como um dos objetivos da EI, a colaboração na descoberta e conhecimento do próprio corpo da criança, com suas potencialidades e limitações, promovendo a valorização de hábitos de cuidados com a própria saúde. O documento é organizado em três volumes, sendo introdução, formação social e pessoal, e conhecimento do mundo. A esse respeito, Cerisara (2002) afirma que, em relação ao conteúdo, é possível identificar conceitos importantes para a EI, como:

> [...] criança, educar, cuidar, brincar, relações creche-família, professor de educação infantil, educar crianças com necessidades especiais, a instituição e o projeto educativo. (CERISARA, 2002, p. 336).

Mister se faz ressaltar que o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) enfatiza a criança como centro das ações pedagógicas, considerando os diferentes contextos sociais, suas culturas e capacidades intelectuais. Os volumes 2 e 3 têm caráter de campos de experiências, buscando a construção de identidade e autonomia da criança, enquanto o 3 é composto por 6 subeixos como matemática, música e artes visuais. Para Cerisara (2002), a forma de organização do documento, baseado em componentes curriculares como objetivos, conteúdos e orientações didáticas, evidencia uma subordinação ao que se pensa para o ensino fundamental, tirando a especificidade da educação para crianças de 0 a 6 anos.[3] A "didatização" dos elementos a serem trabalhados "[...] acaba por disciplinar e aprisionar o gesto, a fala, a emoção, o pensamento, a voz e o corpo das crianças". (CERISARA, 2002, p. 337). Além disso, a concepção do RCNEI se deu antes mesmo das DCNEI, que seriam publicadas depois, em 1999.

Nesse caminho, vale trazer para o bojo de discussão as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999), que têm por objetivo orientar as políticas públicas e organizar propostas pedagógicas para a EI por meio de planejamento, execução e avaliação. A resolução de 1999 era tida como um documento que apresentava os objetivos de forma mais generalizada, e Cerisara (2002) considera que o documento permitiu incentivar e orientar melhor as ações na EI "[...] com objetivos relacionados à formação integral da criança, deixando um espaço para que os envolvidos na educação infantil – famílias, professoras e crianças assumam a autoria desses projetos (CERISARA, 2002, p.339), enquanto a resolução de 2009, no item 1.3 dos objetivos (BRASIL, 2009, p.11) orienta que se considere, ainda, a legislação estadual e municipal referente ao assunto.

---

[3] O artigo 29º da Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 foi alterado para crianças até 5 anos de idade por meio da Lei Nº 12.796 de 2013.

Nesse sentido, dez anos depois, foram elaboradas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, as DCNEI/2009, que trazem outros conceitos importantes para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na EI, quais sejam: criança; Educação Infantil; currículo; e proposta pedagógica que as instituições devem seguir, considerando os princípios éticos, políticos e estéticos, que já estavam presentes na Diretrizes de 1999. As práticas pedagógicas devem garantir experiências que considerem como eixos as interações e as brincadeiras, segundo o artigo 9º do documento. Este é provavelmente o artigo mais citado em trabalho e pesquisas, pois alicerça a constituição dos campos de experiências que pautam o atual e principal documento que embasa as atividades na Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular.

A integração da EI na BNCC é mais um passo importante nos avanços que esta etapa da educação básica vem trilhando. A concepção de cuidar e educar de maneira indissociável é um requisito da Educação Infantil que também tem assumido caráter fundamental nas ações realizadas nas instituições que atendem as crianças pequenas, além de vir se evidenciando nos documentos oficiais à medida que eles vão surgindo, se reformulando para atender as demandas sociais atuais. Portanto, esses conceitos, alinhados às intervenções das creches e pré-escolas, tem por objetivo "[...] ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar [...]". (BRASIL, 2018, p. 36).

Importa destacar que a Base Nacional Comum Curricular se apropria das DCNEI e de seus conceitos, além dos eixos estruturantes aqui já citados, pois são pilares para a construção do conhecimento das crianças. Por intermédio das brincadeiras e interações, elas podem potencializar seu desenvolvimento integral, internalizando conhecimentos por meio de suas próprias ações, expressando seus sentimentos, aperfeiçoando seus gostos e interagindo com seus pares. "Somente na convivência social que as crianças conseguem internalizar e se apropriar das características da cultura [...]". (MAGALHÃES, 2016, p. 11).

Muitas vezes, quando as crianças entram nos espaços da EI, pode significar a primeira separação de seus vínculos afetivos familiares para uma socialização estruturada (BRASIL, 2018). Portanto, é de extrema importância que a concepção de cuidar e educar de maneira indissociável nesta etapa seja garantido pelos profissionais de educação, pois significa que a criança será amparada integralmente, considerando suas vivências, contextos e conhecimentos prévios.

A Base Nacional Comum Curricular propõe seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. São eles: conviver; brincar; participar; explorar;

expressar; e conhecer-se. O documento defende que o ambiente e o planejamento pedagógico na EI devem possibilitar que a criança desempenhe seu papel ativo de sujeito da construção de seu conhecimento, garantindo esses direitos. Pensando nisso, a BNCC organiza-se em cinco campos de experiências, que foram pensados considerando "as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural". (BRASIL, 2018, p. 40). São eles: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. As orientações são que os campos não devem ser trabalhados de forma fragmentada, mas em conjunto, reforçando o propósito de um desenvolvimento integral.

2.2 EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

2.2 EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

O momento da alimentação é uma oportunidade para que as crianças possam participar e se desenvolverem, podendo brincar, explorar, conviver durante suas refeições, proporcionando conhecimento individual e coletivo, seja em casa com a família, ou na creche com seus colegas e os profissionais de educação que ali atuam. As características atribuídas à hora da alimentação podem ser associadas a toda ação de cuidado com a segurança e saúde das crianças. Esses atributos fazem parte dos direitos de aprendizagem que constam na BNCC, pois, considerando que o cuidar é indissociável do educar:

> [...] é necessário reconhecer que há uma intenção nessas ações, sendo elas também práticas pedagógicas, que quando tem um objetivo nestas ações garantem à aprendizagem quanto ao desenvolvimento motor, social e cognitivo (VERISSIMO *et al*, 2017, p. 634).

Na EI, o cuidar vai além de se preocupar com práticas cotidianas sobre as necessidades físicas das crianças, mas de exercitar a escuta ativa às demandas e desejos delas, entender e interpretar as suas lógicas e os seus sentidos. O educar, por sua vez, extrapola a sua participação cultural, social e nega o objetivo de resultados acadêmicos, propostas prontas e disciplinares. O binômio cuidar e educar amplia o atendimento às crianças para a garantia de seus direitos enquanto cidadã, que é capaz de imaginar, sonhar, duvidar, se negar a algo, e assegurar isso é dever de todos os envolvidos nas relações sociais dessa criança, seja instituição educacional, família e comunidade. Por esse prisma, de acordo com o Guia Alimentar Para Crianças Brasileiras Menores De 2 Anos, o cuidado com a alimentação “[...]

está incluso na ação de cuidar e educar, e é uma tarefa coletiva. É importante que as pessoas envolvidas saibam reconhecer as necessidades de alimentação, higiene, interação e afeto" (BRASIL, 2019, p. 94).

Desde a gestação, as crianças já estão expostas aos benefícios e malefícios que um hábito alimentar pode causar ao ser humano. A partir dos 6 meses de idade, o leite materno deve ser mantido e novos alimentos devem ser introduzidos, pensando na valorização da cultura alimentar, variedade de grupos de alimentos, cores, sabores e texturas, a fim de garantir uma alimentação adequada e saudável. O crescimento e o desenvolvimento nos primeiros anos de vida são influenciados por diferentes fatores como, características genéticas e sociais, e estão fortemente relacionados à alimentação, segundo o Guia Alimentar Para Crianças Brasileiras Menores De 2 anos (2019). Esse mesmo documento preceitua que:

> A alimentação deve ser um momento de experiências positivas, aprendizado e afeto. O ambiente acolhedor e tranquilo e a boa relação entre a criança e as pessoas que cuidam dela podem influenciar de forma positiva a aceitação dos alimentos. Quando a criança realiza a refeição com a família, ela recebe estímulos para o seu aprendizado. É fundamental que quem alimenta a criança tenha com ela uma relação de afeto e confiança e, claro, paciência. Este é um processo de aprendizagem que demanda tempo e isso deve ser considerado na organização da rotina da criança e da família. (BRASIL, 2019, p. 95).

No bojo dessa discussão, também cabe trazer o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990), que dispõe, em seu 4º artigo, garantir a alimentação como um dos direitos das crianças e adolescentes, mas, mais do que isso, o artigo discorre sobre o dever coletivo da família, do Estado e da comunidade de garantir esses direitos. Assim:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, Art. 4).

O parágrafo 9º-A do Artigo 26 da LDB/1996[4] também trata da Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal a ser trabalhado nas escolas. Esta lei é mais um importante dispositivo legal que determina a necessidade de se instituir nas instituições educativas o trabalho de formação de hábitos alimentares saudáveis. Com isso, pode-se tornar possível ações que pensem as interações e significados que todos os envolvidos nessa atividade

[4] O parágrafo foi inserido no artigo 26º da LDB/1996 através da Lei 13.666 de 2018, sancionada pelo Senado Federal.

atribuem à alimentação, valorizando a cultura alimentar por meio da rotina da instituição da EI, promovendo autonomia, sustentabilidade e autoconhecimento.

Nesse contexto, vale destacar que a EI é um ambiente favorável para aprendizagens, formação de valores e atitudes. É tarefa da escola, creches, pré-escolas e instituições similares fornecer refeições equilibradas nutricional e adequadas em quantidade e qualidade. Nesse ínterim, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, atendendo de forma universal todos da educação básica. Os recursos são repassados do governo federal para os estados e municípios, de acordo com os dados do censo escolar realizado no ano anterior ao repasse. O valor é de acordo com a quantidade de alunos matriculados nas instituições e considera os 200 dias letivos, por isso o pagamento é feito em 10 parcelas de fevereiro a novembro. De acordo com o artigo 4º da Lei Nº 11.947/2009, é objetivo do PNAE:

> contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009).

Nesse ínterim, faz-se mister destacar que comer é um ato vital, pensando na necessidade fisiológica que o corpo tem de se nutrir para existir. Entretanto, Maciel (2005) determina que quando se pensa o quê, quando e com quem se come, são características que atribuem significado ao ato de comer. O direito à alimentação adequada, em quantidades e qualidade correta é fundamental para garantir o crescimento, desenvolvimento e proteção das crianças. Entretanto, somente uma concepção biológica não basta. É preciso mais que a oferta de alimentos para garantir a aceitabilidade, autonomia, formação crítica e gradativa de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis, assim, faz-se necessário a presença de ações pedagógicas que prezam pela Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

A EAN, ao longo dos anos, passou por diversas concepções, entre elas, de que sua necessidade se dava à ignorância e falta de conhecimento da classe pobre da sociedade, depois as políticas foram direcionadas à problemática da renda baixa que impedia uma alimentação adequada. A partir da década de 1980, a EAN assumiu uma educação crítica e não dava conta de educar por si só, segundo Santos (2005). Assim, Santos (2005) salienta que:

> A educação nutricional crítica baseiava-se nos princípios da pedagogia crítica dos conteúdos, de orientação marxista, considerando que a educação nutricional não é neutra, como também não pode seguir uma metodologia prefixada. Nessa

> perspectiva, essa vertente da educação nutricional pressupunha assumir o compromisso político de colocar nossa produção técnica e científica a serviço do fortalecimento das classes populares em sua luta contra a exploração que gera a fome e a desnutrição (SANTOS, 2005, p. 682)

Partilhando o enfoque do tema de maneira transdisciplinar, e também reconhecendo a necessidade de um olhar também social e cultural, Santos (2005) evidencia que a EAN se responsabiliza a discutir não só a desnutrição, mas também a fome, não só práticas alimentares, mas também a esclarecer os direitos de cidadania - direito a uma alimentação de qualidade - a todos os seres humanos. À vista disso, Maciel e Castro (2013) afirmam sobre a contribuição das ciências humanas e sociais para a alimentação humana que é:

> [...] a de lhe atribuir significado. Nessa perspectiva nenhum alimento está livre das associações culturais e, sendo parte de um sistema cultural, a comida e seus contextos são repletos de símbolos, sentidos e classificações (MACIEL; CASTRO, 2013, p. 323).

A alimentação, como já contextualizado, está para além do fato de se nutrir. O ato de comer carrega em si dimensões culturais, que se traduzem nas diferentes sociedades e em escolhas pessoais. Pensando na disponibilidade de alimentos, todos podem escolher o que comer, entretanto, não é assim que ocorre. Para Maciel e Castro (2013, p. 323) "sua alimentação está baseada em escolhas que, compartilhadas socialmente, comporão uma estrutura alimentar assentada em regras, classificações, proibições". Dessa forma, constata-se que a alimentação tem uma compreensão holística, perpassando pelo biológico, cultural, religioso, estabelecendo significados e sentidos nas relações sociais.

A formação do gosto, por exemplo, não se dá exclusivamente de maneira individual, percorre regras sociais. Assim como as diversas línguas que são faladas ao redor do mundo, pode-se pensar a alimentação: "[...] estando a alimentação humana impregnada pela cultura, é possível pensar os sistemas alimentares como sistemas simbólicos em que códigos sociais estão presentes atuando no estabelecimento de relações dos homens entre si e com a natureza" (MACIEL, 2005, p. 49).

Lima, Neto e Farias (2015), ao resgatar o pensamento de Jean Pierre Poulain, destacam as quatro qualidades que o antropólogo determinou que um alimento deve ter características: nutricionais, organolépticas, higiênicas e simbólicas. Assim, a simbólica seria, segundo Poulain (2013):

> Para ser um alimento, além das três primeiras características de qualidade, um produto natural deve poder ser o objeto de projeções de significados por parte do comedor. Ele deve poder tornar-se significativo, inscrever-se numa rede de

> comunicações, numa constelação imaginária, numa visão de mundo (POULAIN, 2013, p. 240, apud LIMA; NETO, FARIAS, 2015, p. 510).

Por meio das regras que são socialmente estabelecidas, também é possível criar vínculos com as pessoas com quem se come e as demais dinâmicas envolvidas na comensalidade, segundo Lima, Neto e Farias (2015). O fogo é objeto de muitos estudos que o apontam como agregador das civilizações, por meio dele que as pessoas se reúnem para se aquecer, cozinhar e também se comunicarem. "Facilitou-se, assim, o estabelecimento de relações de comensalidade que, com o tempo, foram se tornando encontros cotidianos e transformando-se em uma atividade socializadora" (LIMA; NETO; FARIAS, 2015, p. 514). Ao longo dos anos, as civilizações vão se transformando e adaptando suas formas de se alimentar, transformando ambientes específicos para esta atividade, seja dentro ou fora de suas casas, dando significados a eventos por meio da comida.

> Assim, a comida, que é o alimento transformado pela cultura, passa a possuir também a função agregadora para os seres humanos. A essa função se dá o nome de "comensalidade", que tem como significado a capacidade de estabelecer relações de sociabilidade importantes, pois implica reunir as pessoas em torno da mesa (LIMA; NETO; FARIAS, 2015, p. 514).

A falta de tempo para preparar e consumir os alimentos na sociedade atual, ameaça o ato da comensalidade e os hábitos alimentares saudáveis, pois em resposta às constantes mudanças sociais, alimentos ultraprocessados passam a fazer parte da rotina das famílias, inclusive das crianças, que dependem de outras pessoas para se alimentares. Assim, novas práticas alimentares surgem, segundo Garcia (2003), no contexto de uma comensalidade contemporânea.

3 ESTUDO DE CASO DE UM CMEI DA CIDADE DE GOIÂNIA

Com objetivo de investigar as concepções dos profissionais de educação de um Centro Municipal de Educação Infantil acerca de uma educação para uma alimentação saudável, foi feito um estudo de caso a partir de um questionário e uma roda de conversa. O instrumento de pesquisa foi dividido, respectivamente, em três seções, a fim de conhecer o perfil dos sujeitos que atuam nesse CMEI, suas concepções sobre alimentação saudável e sobre uma educação para este mesmo tema.

O critério de escolha do CMEI para a pesquisa foi baseado na acessibilidade, tanto por contato com a administração do Centro Municipal de Educação Infantil que permitiria que a pesquisa fosse realizada, quanto pela proximidade com a unidade acadêmica que a pesquisadora estuda. O CMEI é atuante desde 2005 de forma municipal, atende um total de 156 crianças de até 5 anos e 11 meses de idade, dispostas em 7 agrupamentos.

Quanto aos instrumentos de pesquisa, o questionário foi elaborado com base nos documentos e informações do capítulo 2. Devido a pandemia do *COVID-19*, foi impossibilitado a opção de ir à instituição para aplicar o questionário, sendo assim, foi encaminhado um link do *Google Forms* via *WhatsApp* para o grupo da instituição, que ficou disponível para ser preenchido durante o período de 45 dias. A roda de conversa foi o único contato presencial com o campo de pesquisa, e aconteceu durante uma manhã de formação dos professores, onde a equipe diretiva permitiu que houvesse essa conversa aberta sobre a temática aqui trabalhada.

3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

O artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB/1996 (BRASIL, 1996) dispõe sobre a concepção de profissionais da educação, que se caracteriza como:

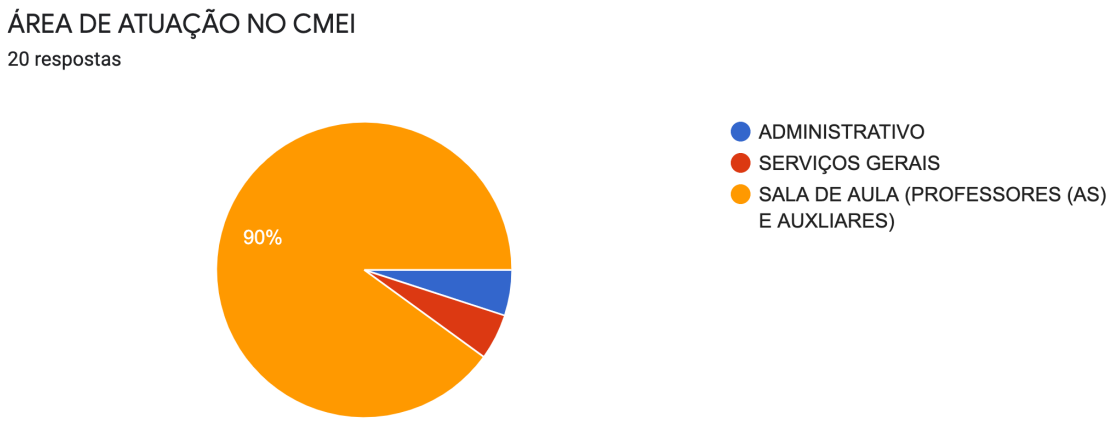
> Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
> I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio;
> II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
> III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.
> IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades

> educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36;
> V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação. (BRASIL, 1996, Art. 61).

Constata-se, portanto, que a legislação brasileira não tem a mesma concepção que este trabalho vem trazendo ao longo de toda a discussão, que é de considerar a responsabilidade e competência de todos os que atuam nas instituições de educação e não tem o papel, necessariamente, de exercer atividade na educação enquanto regência. Assim, os documentos oficiais consideram todos os outros funcionários que não são professores, como trabalhadores da educação, e não profissionais da educação.

A adesão à pesquisa é um dado importante para esta investigação, pois considerando que o objetivo deste estudo é entender quais são as concepções dos profissionais de educação - todos que fazem parte do quadro de funcionários - acerca de uma formação para alimentação saudável, entender qual a área de atuação de cada um dentro da instituição permite indicar se todos têm, de fato, participação na formação dessas crianças. Sendo assim, segue abaixo o gráfico de atuação dos profissionais:

Gráfico 1: Área de atuação dos profissionais no CMEI.



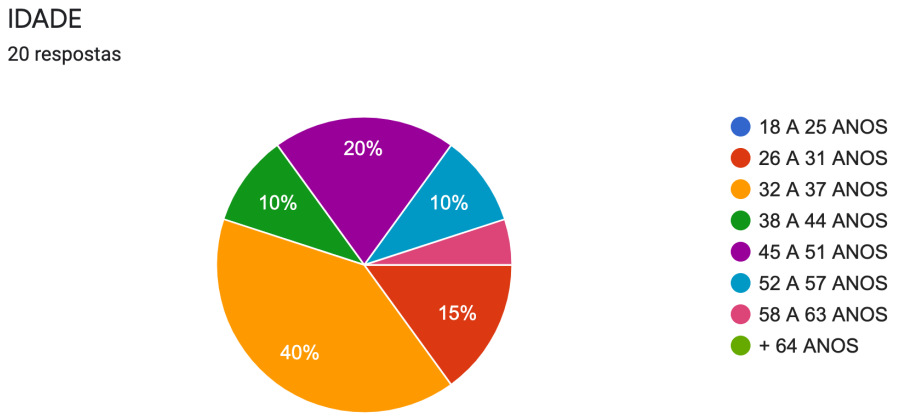
Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado

Constata-se que apenas 1 funcionário da parte administrativa e 1 funcionário dos serviços gerais participaram da pesquisa. Enquanto 90% dos profissionais, ou seja, 18 pessoas, atuam na sala de aula[5], sendo professores e auxiliares.

[5] Entende-se que os atuantes em sala de aula não se separam nesta pesquisa entre professores regentes e auxiliares de sala, pois suas atividades de cuidar e educar são indissociáveis.

Com relação ao perfil, o gráfico 2 aponta que são pessoas a partir de 26 anos, em sua maioria têm de 32 a 37 anos de idade.

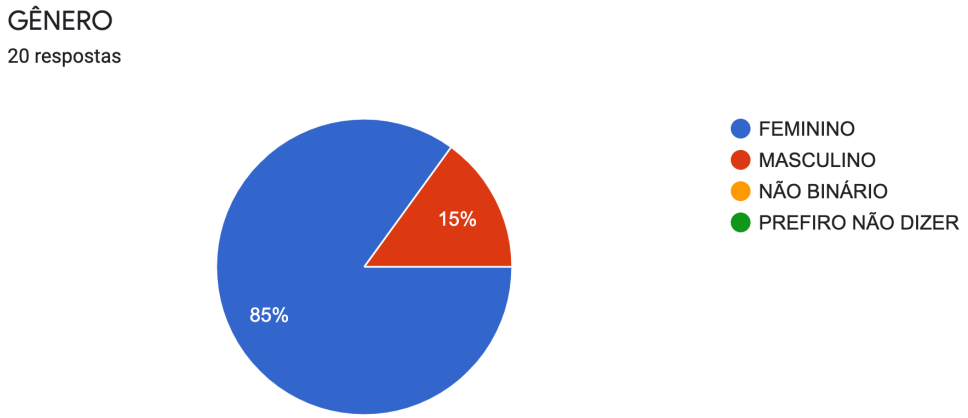
Gráfico 2: Idade dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Como evidenciado em muitas instituições de Educação Infantil, seja privada ou pública, em sua maioria, quando não na totalidade, são mulheres. Assim, o gráfico 3 indica que 85% se declaram mulheres, enquanto 15% se declaram homens.

Gráfico 3: Gênero dos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Tratando-se da formação desses profissionais, todos possuem Ensino Médio completo, sendo 1 pessoa com apenas essa formação (que não atua como profissional docente), 2 com Ensino Superior incompleto (em processo de formação), 3 com Ensino

Superior completo e 14 com algum tipo de pós-graduação, totalizando 70% das 20 respostas que o questionário obteve. É possível observar esta organização por meio do quadro abaixo:

Quadro 1: Formação dos profissionais.

GRAU DE FORMAÇÃO	QUANTITATIVO DE PESSOAS
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	2
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	3
PÓS GRADUAÇÃO	14

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Analisando as respostas obtidas por meio do questionário e da roda de conversa, pode-se constatar que muitos profissionais têm mais de uma graduação, sendo a licenciatura em pedagogia a segunda escolha. Destes profissionais, grande parte atua como auxiliar de atividade educativa. Isso se deve ao fato de que a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia não exige que o cargo de "Auxiliar de Atividade Educativa" seja preenchido por pedagogos(as), por isso observamos uma diversidade de cursos do Ensino Superior na formação dessas pessoas.

Além disso, na roda de conversa realizada em momento posterior à aplicação do questionário, foi constatado que das 17 pessoas presentes nesta reunião, 5 não possuíam licenciatura plena em pedagogia, mas uma complementação pedagógica, que se caracteriza por conferir o grau de licenciado à bacharéis e tecnólogos em uma formação aligeirada que dura em torno de 1 ano. Assim, não é possível diferenciar no quadro abaixo quantos possuem a formação plena em pedagogia e quantos possuem complementação pedagógica, mas apresenta-se a configuração de formação dessas pessoas e em seguida uma nuvem de palavras com as formações de pós-graduação.

Quadro 2: Cursos de graduação dos profissionais que atuam no CMEI.[6]

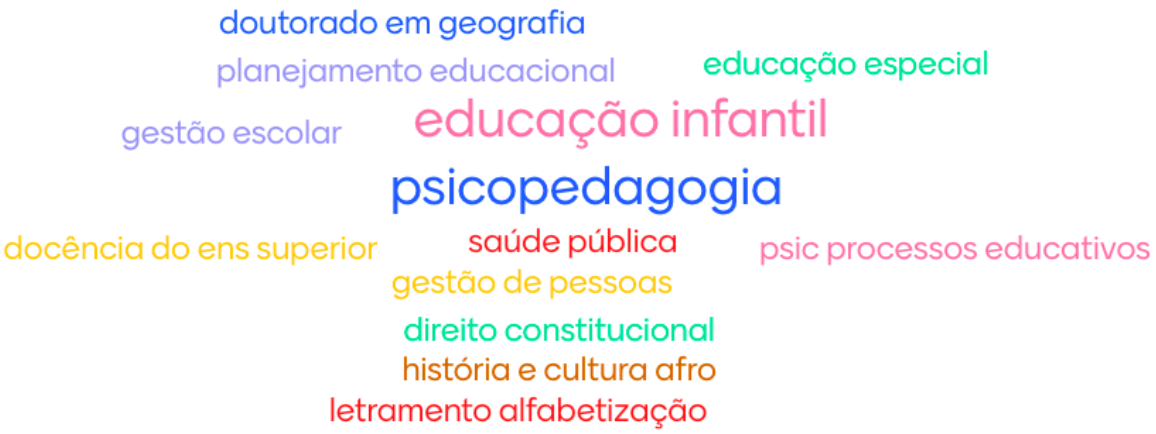
CURSO	QUANTITATIVO DE PESSOAS
PEDAGOGIA	11
ENFERMAGEM	1

[6] A somatória de pessoas do quadro é maior que o número de sujeitos da pesquisa, em decorrência do fato de vários respondentes possuírem mais de um curso de graduação, concluídos ou em andamento.

DIREITO	2
ADMINISTRAÇÃO EM TURISMO	1
GEOGRAFIA	1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	1
HISTÓRIA	1
LETRAS	1
EDUCAÇÃO FÍSICA	1
TECNOLOGIA EM REDES DE COMPUTADORES	1
PSICOLOGIA	1

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Figura 1: Nuvem de palavras com as formações em pós-graduação.



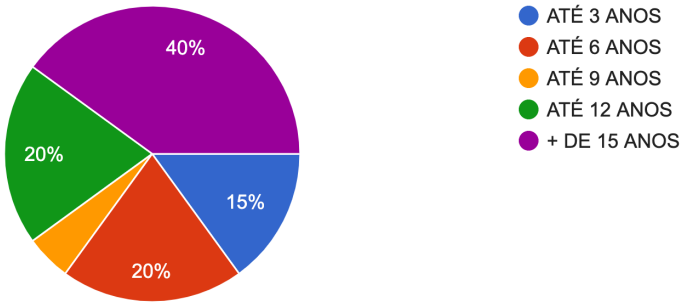
Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

A nuvem de palavras acima permite perceber a diversidade de formação desses profissionais de educação, que poderia se desdobrar em uma atuação interdisciplinar.

Os gráficos a seguir tratam do tempo de atuação dessas pessoas, respectivamente, na área da educação, na Educação Infantil e no CMEI em questão.

Gráfico 4: Tempo de atuação na área da educação.

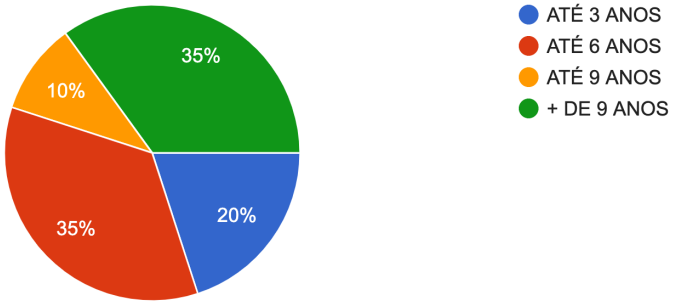
TEMPO DE ATUAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO
20 respostas



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Gráfico 5: Tempo de atuação na Educação Infantil.

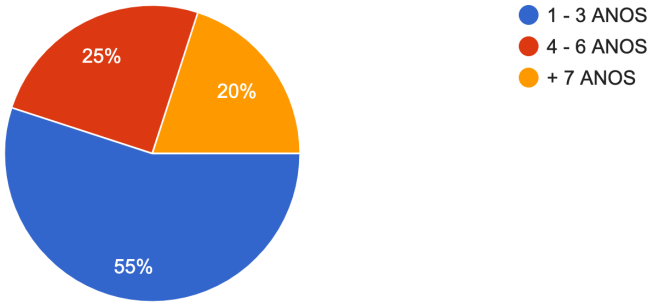
TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
20 respostas



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Gráfico 6: Tempo de atuação nesse CMEI.

TEMPO DE ATUAÇÃO NESSE CMEI
20 respostas



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Por meio dos dados coletados, constata-se que 40% dos participantes possuem mais de 15 anos de atuação na área da educação, 70% dos participantes possuem mais de 6 anos de experiência na EI. Embora tenham significativa experiência na educação e/ou na Educação Infantil, mais da metade, 55%, está há no máximo 3 anos atuando neste CMEI.

Para encerrar a primeira seção do questionário, foi feita a seguinte pergunta: "Qual sua principal atividade no CMEI?" e o campo de resposta estava aberto para escreverem o que quiserem, a fim de visualizar suas próprias concepções de atuação. Assim, podemos ver suas respostas na nuvem de palavras abaixo:

Figura 2: Nuvem de palavras com as principais atividades exercidas pelos profissionais de educação no CMEI.

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

A afirmação "auxiliar de professoras" é muito próxima de "auxiliar tarefa educativa", que foi citada 6 vezes e prevaleceu no discurso dos funcionários que assumem a vaga de "Auxiliar de atividade educativa". "Auxiliar cuidar e educar" foi citada 3 vezes e é uma visão importante a ser valorizada e praticada nos espaços da EI, tendo em vista que é um dos pilares que regem a primeira etapa da educação básica. "Regência de sala" também se repete 3 vezes e caracteriza de forma resumida a tarefa da professora regente. "Coordenação", "coordenação pedagógica", "direção" e "merendeira" são funções de grande relevância dentro da pesquisa que tem participação, em sua maioria, de professoras regentes e auxiliares que atuam nos agrupamentos.

3.2 AS CONCEPÇÕES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Dispondo-se a compreender as concepções de alimentação saudável dos respondentes desta pesquisa, esta seção objetivou-se em apreender seus conhecimentos acerca do tema. Desse modo, a primeira questão levantada foi: "O que você entende por alimentação saudável?" E as respostas foram as mais variadas possíveis, considerando que era uma questão aberta para responderem da maneira que preferirem, assim, temos o quadro abaixo que apresenta os resultados:

Quadro 3: Concepções sobre Alimentação Saudável.

CONCEPÇÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL
Alimentação balanceada, rica em nutrientes necessários para o bom desenvolvimento da criança e do adulto.
Nutritiva
Uma alimentação que propicie o desenvolvimento de quem ingere, proporcionando nutrientes equilibrados, livre de excesso de açúcar e de gordura saturadas
A diversidade de frutas, legumes e verduras
Comer frutas, legumes, verduras, carnes, leguminosas, castanhas. Evitar alimentos ultraprocessados, com excesso de sal, gorduras e açúcar
Alimentação balanceada com proteínas, carboidratos,. Também buscando alimentos orgânicos.
Uma alimentação colorida e balanceada
Frutas carnes e verduras
Se alimentar de 3 em 3 horas, alimentos naturais e ou com pouca gordura/óleo.
Verduras e frutas
É a alimentação capaz de fornecer o essencial para a nutrição e o bom funcionamento do organismo.
É a alimentação que fortalece nossas crianças
Alimentos que fazem bem para nosso corpo. Claro, sem excessos
Descasque mais e desembalar menos
Que supre as necessidades nutricionais do corpo, sem exageros em quantidades e que permite uma relação positiva com a comida
Dieta variada e que contemple todos os nutrientes necessários, em quantidade adequada
Ingestão de alimentos ricos em nutrientes importantes para as necessidades específicas, conforme idade, características e hábitos de cada indivíduo.

Baseada em alimentos saudáveis, nutritivos e que consigam atender todas as necessidades nutricionais dos indivíduos a ela submetidos.
Alimentação equilibrada que fornece nutrientes, vitaminas e minerais na proporção adequada para o bom funcionamento do organismo.
Alimentação nutritiva

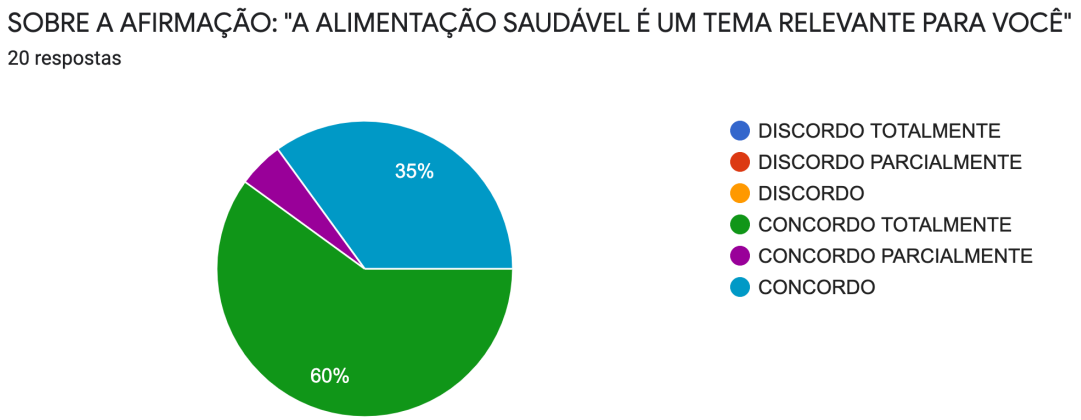
Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Segundo o Glossário Temático: promoção da saúde (2013), alimentação saudável é:

> Padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos e de acordo com as fases do curso da vida.
> *Notas*: i) Deve ser acessível (física e financeiramente), saborosa, variada, colorida, harmônica e segura quanto aos aspectos sanitários. ii) Esse conceito considera as práticas alimentares culturalmente referenciadas e valoriza o consumo de alimentos saudáveis regionais (como legumes, verduras e frutas), sempre levando em consideração os aspectos comportamentais e afetivos relacionados às práticas alimentares. (BRASIL, 2013, p.16).

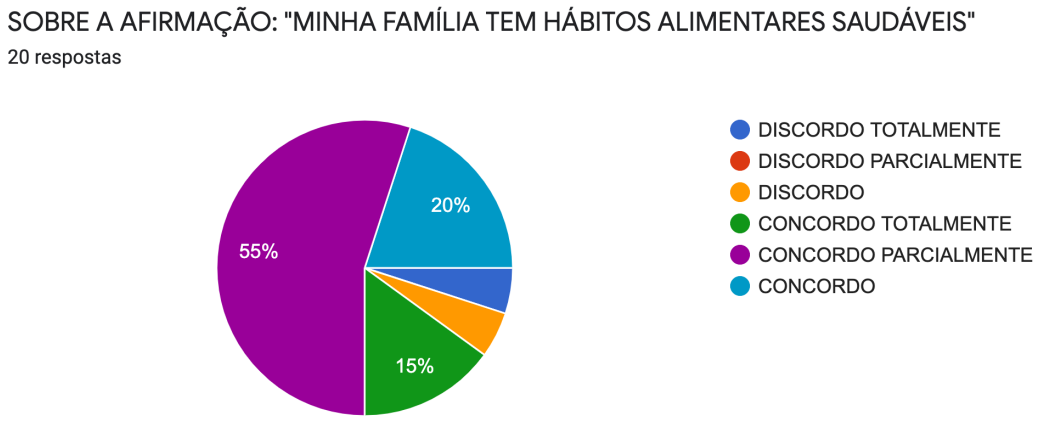
Nesse sentido, pode-se considerar que as respostas obtidas nesta questão são positivas e correspondentes ao entendimento de um documento oficial. Além de também relacionar-se com as expectativas desta pesquisa. Vale ressaltar que as respostas são majoritariamente ligadas às concepções biológicas, entretanto, observa-se a presença de um entendimento também cultural quando identificamos as seguintes afirmações: "relação positiva com a comida"; e quando se considera "características e hábitos de cada indivíduo". Nesse sentido, utilizando uma escala de concordância, observamos o quanto o tema é relevante para essas pessoas, além de entender se é um hábito praticado em casa:

Gráfico 7: Quão relevante é alimentação saudável para os participantes.



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Gráfico 8: "Minha família tem hábitos alimentares saudáveis".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Assim, obtém-se como resposta os seguintes resultados: 5% concordam parcialmente, 35% concordam e 60% concordam totalmente que alimentação saudável é um tema relevante em suas concepções. Quanto à afirmação de que suas famílias têm hábitos saudáveis, as respostas se configuram de modo diferente, assim: 5% discordam totalmente, 5% discordam, 15% concordam totalmente, 20% concordam e 55%, pouco mais da metade, concordam parcialmente. A partir desses dados, constata-se que a prática de hábitos alimentares saudáveis é uma atividade mais individual por parte desses indivíduos, o que vai em oposição ao que se entende neste estudo, que é a prática além do biológico, mas pensando na comida e no bem-estar de maneira coletiva.

Seguidamente, o quadro abaixo visa identificar alguns hábitos que esses indivíduos possam praticar a fim de ter uma vida com hábitos alimentares saudáveis, para isso, a pergunta foi de múltipla escolha.

Quadro 4: Hábitos alimentares saudáveis dos entrevistados.

HÁBITOS	RESULTADOS
EVITO ALIMENTOS ULTRAPROCESSADOS	12
INCLUO ALIMENTOS ORGÂNICOS NA MINHA ALIMENTAÇÃO	6
EVITO BEBIDAS ALCÓOLICAS	11
CONSUMO FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS DIARIAMENTE	16
EVITO PICOS DE FOME ME ALIMENTANDO SEM INTERVALOS	12

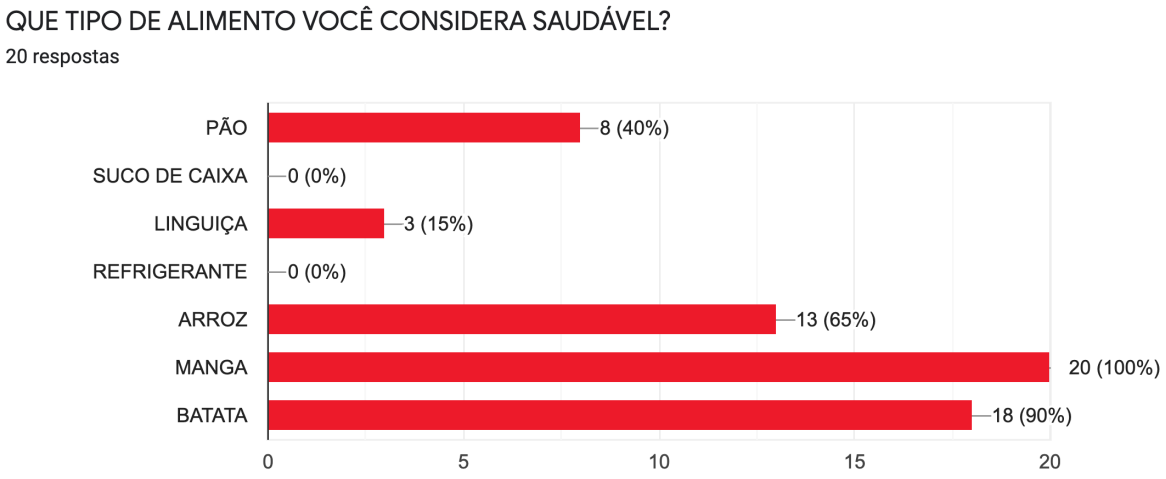
MUITO GRANDES ENTRE AS REFEIÇÕES	
BEBO NO MÍNIMO 2 LITROS DE ÁGUA POR DIA	16
CONSUMO POUCA QUANTIDADE DE SAL, GORDURA E AÇÚCAR	11
COMO EM AMBIENTES APROPRIADOS E COM ATENÇÃO	4
EVITO ALIMENTOS FRITOS E FAST FOODS	12
PLANEJO MINHAS REFEIÇÕES	8

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

A partir deste quadro, temos como hábitos alimentares saudáveis mais citados o "consumo de frutas, legumes e verduras diariamente"; e a "ingestão de no mínimo 2 litros de água por dia", resultando na resposta de 60% dos profissionais de educação deste CMEI que participaram da pesquisa. A resposta que menos obteve relevância foi "como em ambientes apropriados e com atenção" e é uma questão extremamente cara a esta pesquisa, pois está diretamente ligada à significância da comensalidade, que se traduz nas relações à mesa durante as refeições, exigindo tempo e disponibilidade para este momento: indivíduos - comida - relações sociais.

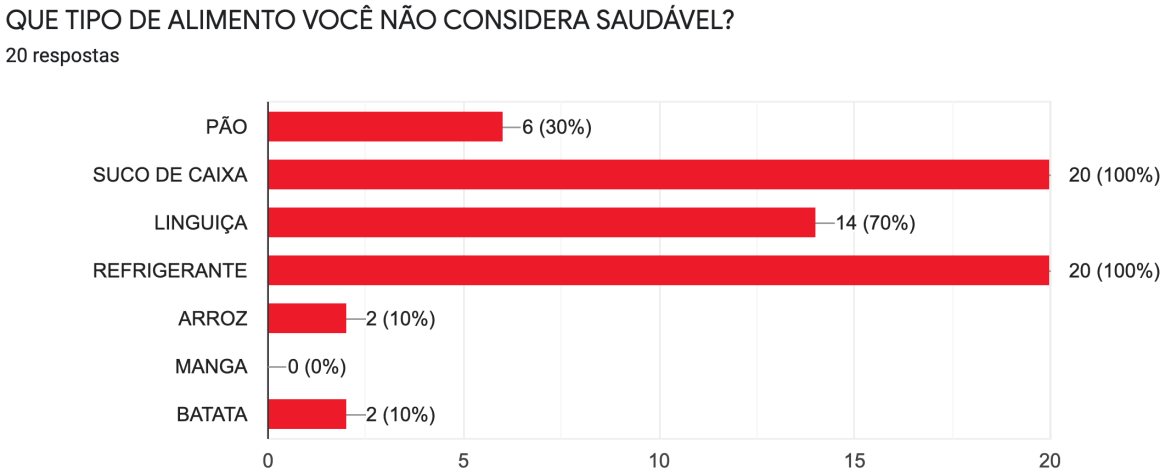
As duas próximas questões foram elaboradas com o objetivo de tornar o estudo mais prático e objetivo, oferecendo como opção de resposta, alimentos conhecidos pelos entrevistados onde classificariam entre saudável e não saudável sob suas percepções, assim, ambas as perguntas têm as mesmas opções de respostas.

Gráfico 9: "Que tipo de alimento você considera saudável?".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Gráfico 10: "Que tipo de alimento você não considera saudável?".

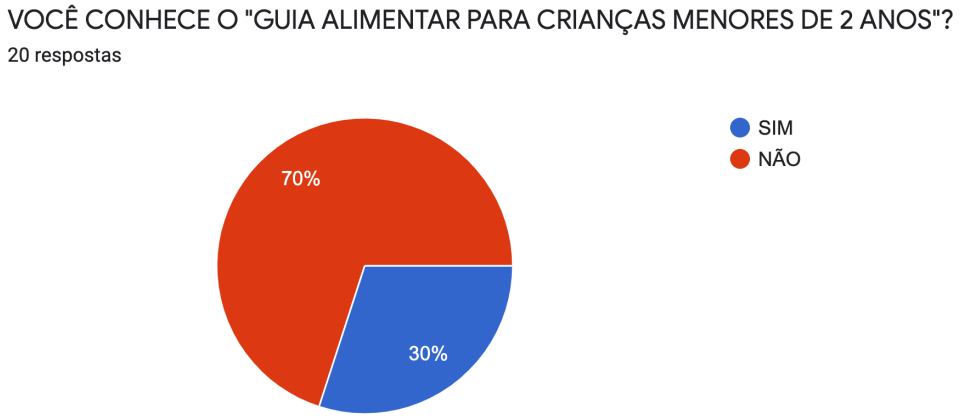


Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

No gráfico 9 temos a manga eleita como a opção mais saudável, enquanto refrigerante e suco de caixa não receberam nenhum voto para alimento saudável. Já no gráfico 10, os resultados são interessantes quando a batata, o arroz e o pão recebem votos para alimentos não saudáveis, enquanto é de consenso que suco de caixa e refrigerante não são saudáveis.

O guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos (2019) se objetiva a trazer informações àqueles que cuidam e estão presentes de alguma forma na alimentação dessas crianças, a fim de promover saúde, desenvolvimento e crescimento. Concebendo sua importância, a pesquisa buscou saber se os profissionais da educação de um CMEI tinham conhecimento de sua existência.

Gráfico 11: "Você conhece o Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos?".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

É evidente no gráfico 11 que 70% dos respondentes, 14 pessoas, não conhecem o documento, enquanto apenas 6 conhecem. Desse modo, foi perguntado que tipo de alimento eles acham que crianças menores de 2 anos não deveriam receber. Essas respostas são observadas no quadro abaixo:

Quadro 5: Alimentos que crianças menores de 2 anos não deveriam receber.

ALIMENTOS CITADOS	QUANTIDADE
INDUSTRIALIZADOS	2
ULTRAPROCESSADOS	4
PROCESSADOS	5
AÇÚCAR	11
MULTIPROCESSADOS	1
DOCES	4
MUITO SAL	1
REFRIGERANTE	6
SUCO DE CAIXA	2
GORDURA	3
FRITURA	2
BOLACHA	3
IOGURTE	2
MASSA	1
CONSERVANTES	1
CORANTES	2

FAST FOOD	1
SANDUÍCHE	1
CACHORRO-QUENTE	1
EMBUTIDOS	1

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

O açúcar foi o alimento mais citado pelos profissionais e esta afirmação vai de encontro com as recomendações do Guia Alimentar para Crianças Menores de 2 anos, que indica que a não oferta de preparações adicionadas açúcar, contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis. Além disso, os itens: ultra processados; doces; refrigerante; suco de caixa; bolacha; iogurte também não são recomendados quando o Guia (2019) diz:

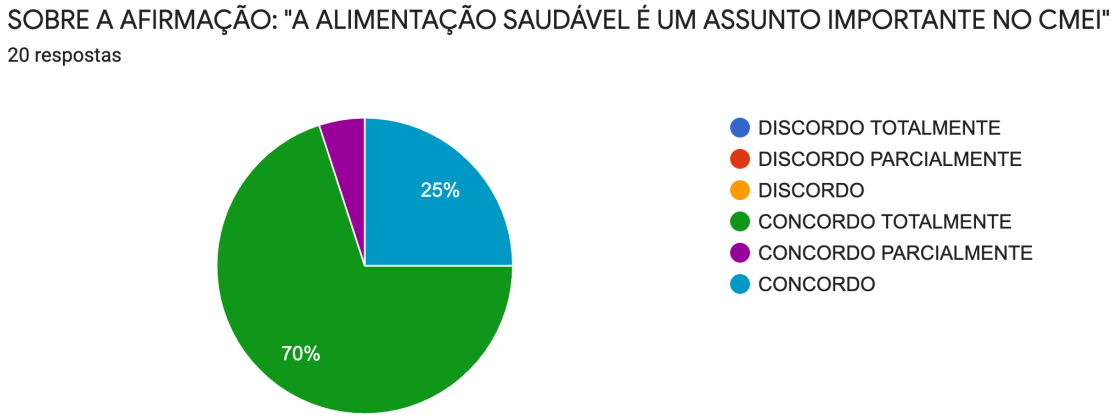
> Também não devem ser oferecidas preparações que tenham açúcar como ingrediente, como bolos, biscoitos, doces e geleias. O açúcar também está presente em grande parte dos alimentos ultraprocessados (refrigerantes, achocolatados, farinhas instantâneas com açúcar, bolos prontos, biscoitos, iogurtes, sucos de caixinha, entre outros). (BRASIL, 2019, p. 104).

O sal não deve ser utilizado em grandes quantidades, pois aumenta o risco de pressão alta e câncer no estômago, que segundo o Guia (2019), no Brasil, o sal é utilizado quase três vezes mais que a quantidade limite. Os alimentos que devem ser ofertados em grande variedade, são alimentos in natura e minimamente processados, que estão na safra, valorizando a cultura local e familiar.

3.3 AS CONCEPÇÕES DE UMA EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

A última seção do questionário se propõe a investigar quais são as concepções dos profissionais de um CMEI sobre uma educação para uma alimentação saudável. Assim sendo, a primeira pergunta tem a intenção de investigar o quanto a alimentação saudável é relevante no CMEI.

Gráfico 12: "A alimentação saudável é um assunto importante no CMEI".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

A seguinte pergunta se encarrega de averiguar em que situações o tema é abordado, como respondido por 100% dos entrevistados como um tema relevante na instituição. As respostas são expostas no quadro abaixo:

Quadro 6: Momentos em que a alimentação saudável é abordada no CMEI.

RESPOSTAS
Tendo um profissional na área de alimentação. Nutricionista
Durante todo ano, conforme necessidades e particularidades de cada agrupamento.
No planejamento das atividades em sala de aula.
Nas rodas de conversas
Planejamento diário
Sempre
Através da ação pedagógica contida no planejamento.
Durante projetos e durante as refeições
Em reuniões de planejamento falamos no assunto
Cotidianamente com as crianças, incentivando as a comerem e introduzirem novos alimentos.
Na hora das refeições e em algumas atividades
Nos lanches, almoços e na sala de aula em atividades
Na sala de aula, durante a Horta e demais projetos desenvolvidos

Nas reuniões pedagógicas e durante o momento da alimentação das crianças.
Em rodas de conversa e até mesmo no momento das refeições.
No dia a dia
Todos os dias, principalmente durante as refeições.
Em todos os momentos
No momento de apresentar o cardápio às crianças.
Na aulas

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

O tema de Educação Alimentar e Nutricional é um tema transversal previsto na LDB/96 e por isso deve estar previsto nos Projetos Político Pedagógicos das instituições e inserido nos planejamentos. Entretanto, por conta da alimentação se tratar de uma atividade simples do cotidiano, é comum que o tema seja um assunto recorrente na instituição. O diferencial será nas metodologias adotadas e desenvolvidas para promover a alimentação saudável. Assim, a próxima pergunta se propõe a conhecer de que maneira cada profissional pode possibilitar uma alimentação saudável, considerando seus cargos e áreas de atuação no CMEI.

Quadro 7: "Como você pode possibilitar uma alimentação saudável no CMEI?".

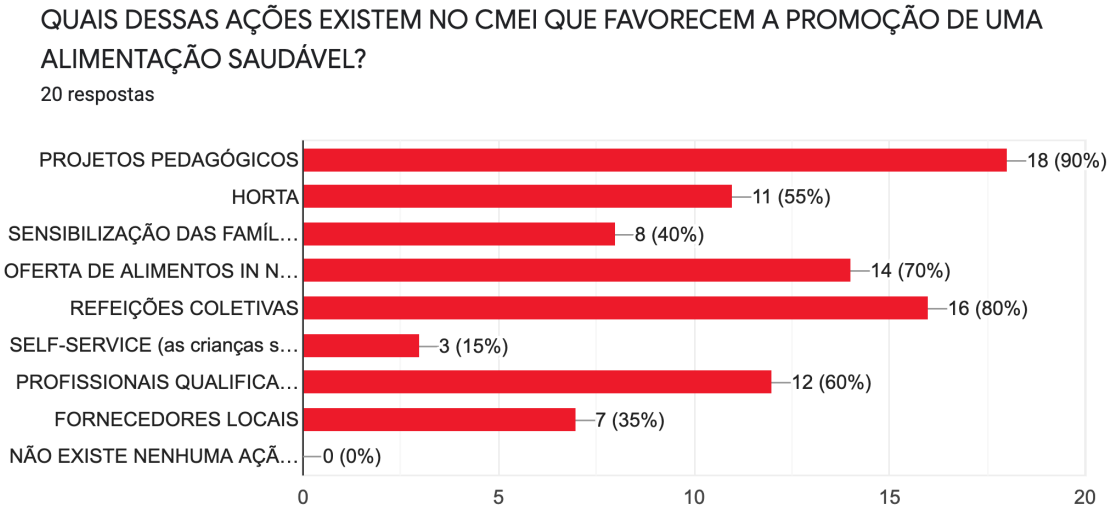
RESPOSTAS
Ensinar as crianças a comer corretamente, mastigando bastante os alimentos
De fato eu posso incentivar e garantir essa alimentação acompanhando as crianças nas refeições e propondo ações em planejamento sobre a temática pois o cardápio já vem estabelecido.
Complexo. O departamento da merenda faz cardápios onde 70% dos lanches são alimentos ultraprocessados.
Ajustando o cardápio
Seguindo o cardápio estipulado pelo Departamento de Alimentação da SME
Através de ações contidas no planejamento.
Incentivando as crianças e elaborando projetos
ofertando a criança sempre alimentos saudáveis ao invés de bolachas e salgadinhos
Cardápio variado e acompanhado por nutricionistas

Planejando a compra
Auxílio da prefeitura e dos pais ou responsáveis legais
Servindo alimentos saudáveis.
Proporcionando a maior variedade possível de alimentos saudáveis
Influenciando as crianças a ingerir alimentos saudáveis.
Através de rodas de conversa e experiências
Orientando e sugerindo para as crianças os melhores alimentos e maneiras de comer. Para a equipe gestora, opinando quando for possível sobre a aceitação e resposta das crianças sobre o cardápio oferecido na instituição.
Desenvolvendo projetos, incentivando as crianças a consumirem verduras e frutas durante as refeições.
Incentivando as crianças a experimentar todos os alimentos propostos
Tendo todos os alimentos para poder servir

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Durante a roda de conversa, posterior à aplicação do questionário, os professores relataram a inflexibilidade do cardápio por parte da SME, que determina tanto os alimentos, quanto a forma de preparo. Os profissionais presentes na roda de conversa demonstraram o conhecimento de que a fruta in natura é mais nutritiva do que uma vitamina de frutas que, pelo processo, perde parte dos nutrientes. Nesse sentido, expuseram que a vitamina de banana com maçã é uma refeição frequentemente colocada no cardápio e com baixa adesão por parte das crianças e mesmo assim, não têm autonomia para oferecer as frutas separadas do leite. Muitas são as possibilidades de incentivar as crianças sobre uma relação sustentável com a comida, no entanto, de que modo fazer ainda é uma questão.

Gráfico 13: "Quais ações que favoreçam a alimentação saudável existem no CMEI?".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Quanto às ações que o CMEI promove para favorecer a alimentação saudável, foram dadas algumas opções para que marcassem com o que condizia com a realidade da instituição, assim, como a ação mais praticada, os profissionais apontaram os "projetos pedagógicos", resultando em 90% das respostas. Em totalidade, afirmaram que a opção "não existe nenhuma ação que favoreça a promoção de uma alimentação saudável" não é uma realidade do CMEI. As respostas "refeições coletivas" e "oferta de alimentos in natura" também foram respostas recorrentes e de grande importância para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Os profissionais de educação infantil foram perguntados se em sua opinião o CMEI enfrentava algum tipo de dificuldade para promover o tema e as respostas foram as mais variadas possíveis. Assim, observamos um quadro com quantidade de respostas similares e alguns destaques:

Quadro 8: "O CMEI possui alguma dificuldade para promover uma alimentação saudável?".

RESPOSTAS
Sim. O ambiente escolar (CMEI) não é suficiente para levar essa ação a bons resultados, deve-se contar também com o apoio familiar.
Acredito que não. Conseguimos oferecer alimentação saudável
Sim. Creio que os hábitos que as crianças trazem de casa são os que mais prejudicam a alimentação das crianças no cmei

Não
Não
Sim
Sim.Comem açúcar, frituras, etc em Casa
Sim. Verba
Sim, totalmente. Falta de verba e incentivos.
Para mim não
Sim. Cardápio fechado sem muita autonomia para escolhas da instituição.
Sim! Profissionais adequados na hora de servir os alimentos
Sim, primeiro um espaço para poder oferecer esses alimentos onde as crianças possam ter contato com o alimento e tempo também para comer e não aquela correria da hora do jantar. E o principal uma horta
Sim.
Não existem dificuldades
Não
Sim, pois nem sempre o cardápio atende as necessidades das crianças.
Sim. A Secretaria Municipal de Educação poderia ouvir os profissionais do CMEI sobre o cardápio e as ações sobre alimentação realizadas, além de oferecer cursos e formação para que eles desempenhem melhor suas funções.
Sim, porque o cardápio é elaborado por nutricionista que às vezes inclui no mesmo alimentos que não são tão saudáveis e de interesse das maioria das crianças.
Sim. A alimentação de algumas famílias.

Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Uma das maiores queixas identificadas neste questionário e durante a roda de conversa foi a não colaboração por parte da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME) que como já citado anteriormente, não possibilita a flexibilização do cardápio e não considera a realidade das crianças, que segundo o Guia Alimentar Para a População Brasileira (2014), a alimentação deve considerar a realidade cultural e socioeconômica, e não somente aspectos nutricionais para o organismo.

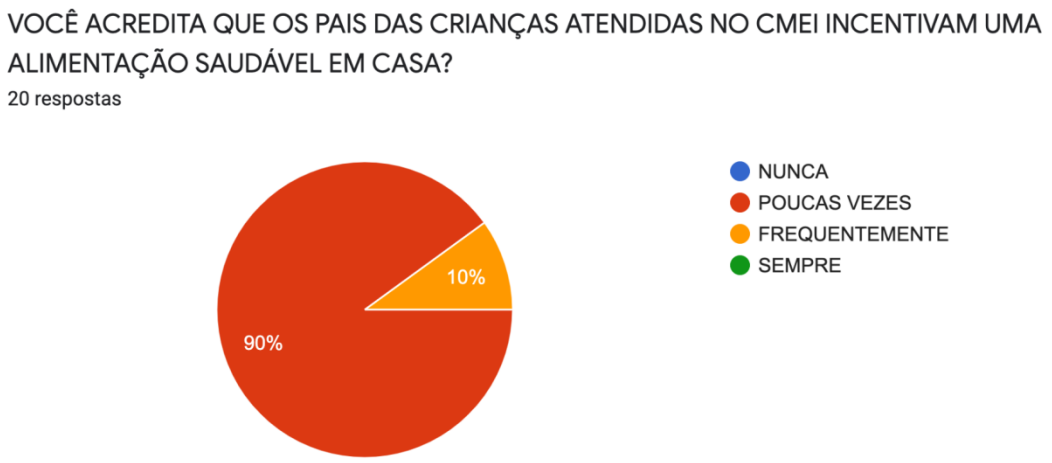
Outra reivindicação dos profissionais de educação desse CMEI é a não sintonia com as famílias no quesito alimentação das crianças. Independente da temática, como já exposto neste trabalho, o cuidado e educação é de responsabilidade coletiva: família, instituição e comunidade. Portanto, se um dos lados falha em sua atuação, culmina no prejuízo do trabalho de um outro lado, logo, na formação integral da criança. O Guia Alimentar para Crianças

Brasileiras Menores de 2 anos (2019) recomenda a valorização do momento em família durante as refeições, pois a criança aprende imitando as ações de quem está à sua volta. Essa situação descrita, nada mais é que a atividade de comensalidade, em que o comer à mesa estabelece as relações sociais por intermédio da comida. Assim sendo, o Guia (2019) afirma que:

> Comer junto à família, por exemplo, faz com que a refeição seja uma experiência de todos. Isso ajuda a criança a se interessar em experimentar novos alimentos e deixa as refeições mais prazerosas. Se ela percebe que a família gosta de comer alimentos saudáveis, terá mais facilidade em aceitá-los. (BRASIL, 2019, p. 99).

Nesse sentido, identificando que os pais são uma questão a ser considerada no quesito educação para uma alimentação saudável, a pergunta a seguir busca evidenciar o olhar dos profissionais sobre as ações dos pais que esse CMEI atende.

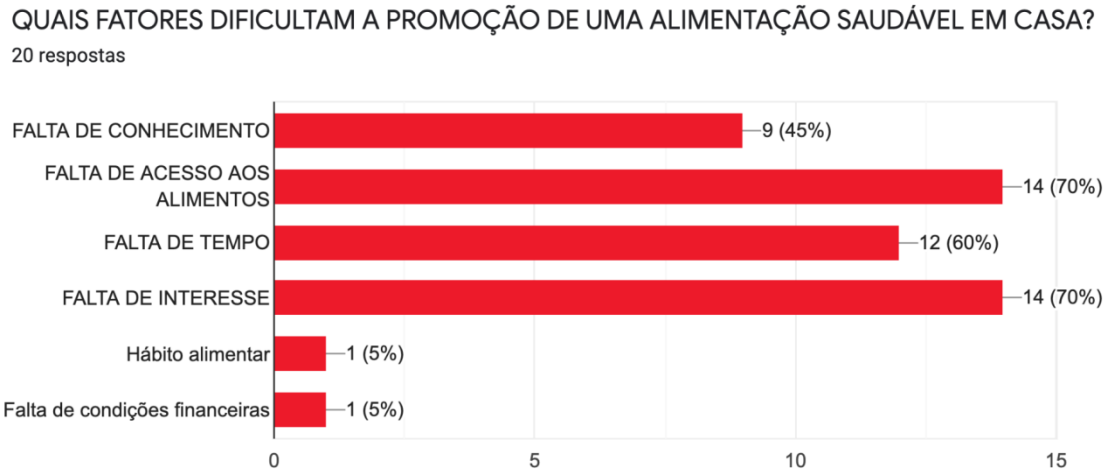
Gráfico 14: "Os pais incentivam uma alimentação saudável?".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Cerca de 18 pessoas acreditam que os pais incentivam poucas vezes a alimentação saudável em casa, enquanto apenas 2 pessoas acreditam que frequentemente incentivam. É um resultado bem determinante. Quanto aos fatores que dificultam esse incentivo por parte dos pais, foram dadas algumas opções aos respondentes e tiveram a oportunidade de acrescentar opções se desejassem, assim, tem-se o seguinte resultado:

Gráfico 15: Fatores que dificultam a alimentação saudável em casa.

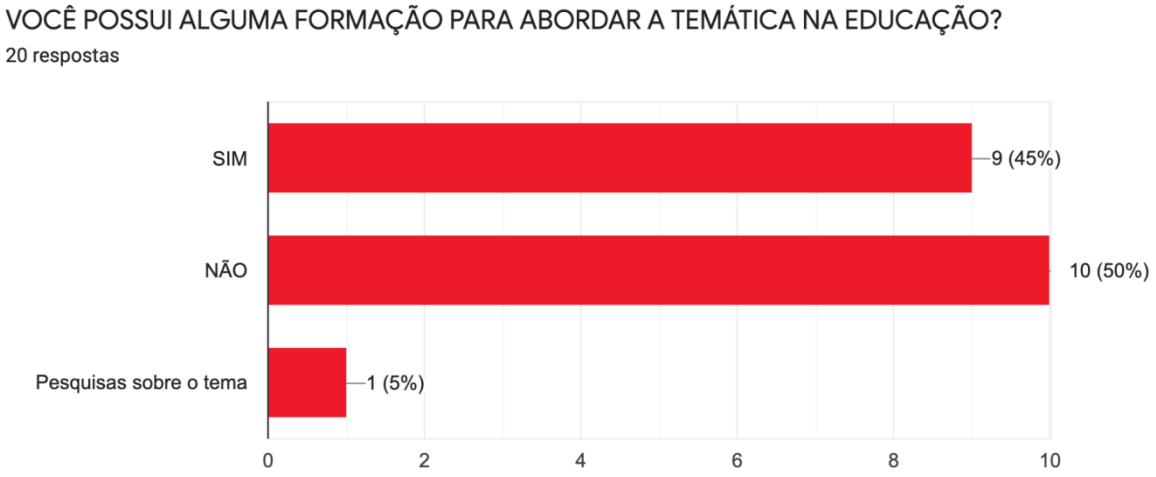


Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Dos respondentes 70% acreditam que os motivos de uma não promoção de uma alimentação saudável por parte da família se deve à "falta de acesso aos alimentos" e "falta de interesse", enquanto 60% julgam ser por "falta de tempo", seguido de 45% atribuídos à "falta de conhecimento". Os participantes da pesquisa acrescentaram que "hábito alimentar" e "falta de condições financeiras" também são fatores relevantes. A esse respeito, Garcia (2003) afirma que o comportamento alimentar é uma atitude complexa, visto que é dependente de determinantes externos e internos aos sujeitos. Assim, ter acesso aos alimentos na sociedade moderna é determinado por uma estrutura socioeconômica que está muito além de simples resolução, assim, "[...] práticas alimentares, estabelecidas pela condição de classe social, engendram determinantes culturais e psicossociais". (GARCIA, 2003, p. 484).

Buscando investigar a formação inicial e/ou continuada desses profissionais, a pergunta a seguir objetiva-se em saber se eles possuem algum tipo de formação que possibilite o trabalho pedagógico sobre a promoção de hábitos alimentares saudáveis:

Gráfico 16: "Possui alguma formação para abordar a temática na educação?".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

Cerca de 50% dos respondentes dizem não ter uma formação para abordar educação alimentar e nutricional, seguido de 45% dos profissionais participantes da pesquisa que dizem ter sim uma formação para a temática. Um campo de resposta estava em aberto para que acrescentasse alguma informação sobre suas formações a esse respeito. Assim, temos uma resposta que sinaliza que o profissional realiza pesquisas sobre o tema.

Durante a roda de conversa, a configuração desta pergunta se deu de forma diferente. Alguns poucos que estavam presentes disseram que o contato que tiveram com o tema foi em sua formação inicial, durante algum projeto e/ou planejamento de disciplinas mais práticas como estágio e ciências naturais, já enquanto formação continuada, nenhum possuía. Além disso, essa não formação vinha por parte da equipe diretiva que não possui formação para realizar esse trabalho na instituição com os profissionais e alegam que não recebem formação ou incentivo por parte da SME. Ainda assim, realizam projetos com a temática baseando-se em pesquisas por conta própria.

Um estudo se objetivou a avaliar os conhecimentos de professores expostos e não expostos a um programa educativo de educação nutricional e foi constatado que:

> [...] os professores expostos ao programa se apresentaram melhor preparados conceitualmente e também mais sensibilizados quanto ao papel do professor e da escola enquanto transformadores da realidade, demonstrando que o programa de alimentação escolar pode tornar-se um espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. (DAVANÇO; TADDEI; GAGLIONE, 2004, p. 178).

Como já citado em outros momentos, o ambiente das instituições escolares, creches e pré-escolas são um espaço privilegiado e propício para atividades educativas das mais

variadas. O papel do professor também tem grande importância, senão central no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças. Vigotski (1991) compreende que a formação se dá em uma relação dialética entre o sujeito e a sociedade, assim, o homem interfere no ambiente e o ambiente interfere no homem. "[...] é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do indivíduo com certo ambiente cultural, não ocorreriam". (OLIVEIRA, 1993,p. 56).

As funções psicológicas são a ação de internalizar experiências e aprendizados de maneira involuntária, automática. As funções psicológicas elementares, somadas ao aprendizado cultural, tornam-se aos poucos funções psicológicas superiores que são manifestadas pela intencionalidade das ações e caracterizadas pela interação entre fator biológico e social, segundo Mota (2013). Essas funções são complexas e é o que diferencia o sujeito humano dos outros animais.

O homem, aqui, a criança, só tem acesso ao mundo já constituído pela humanidade se apropriando da experiência, internalizando a cultura, favorecendo seu desenvolvimento. Esse processo de desenvolvimento, segundo Oliveira (1993), para Vigotski, se dá por meio do outro, transparecendo em sua teoria, no conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal[7] (ZDP). Nesse sentido, existe o Nível de Desenvolvimento Real em que determinados processos já foram consolidados e o Nível de Desenvolvimento Potencial está no âmbito dos processos em consolidação por meio de atividades e interações que a criança vivencia e que a possibilitam aprender com outros sujeitos. Assim, a ZDP se configura como a distância entre os Níveis de Desenvolvimento Real e Potencial, e é nela que o professor deve atuar. Assim, “a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão” (VYGOTSKY, 1991, p. 97). Desse modo, Vigotski (1991) configura a ZDP como:

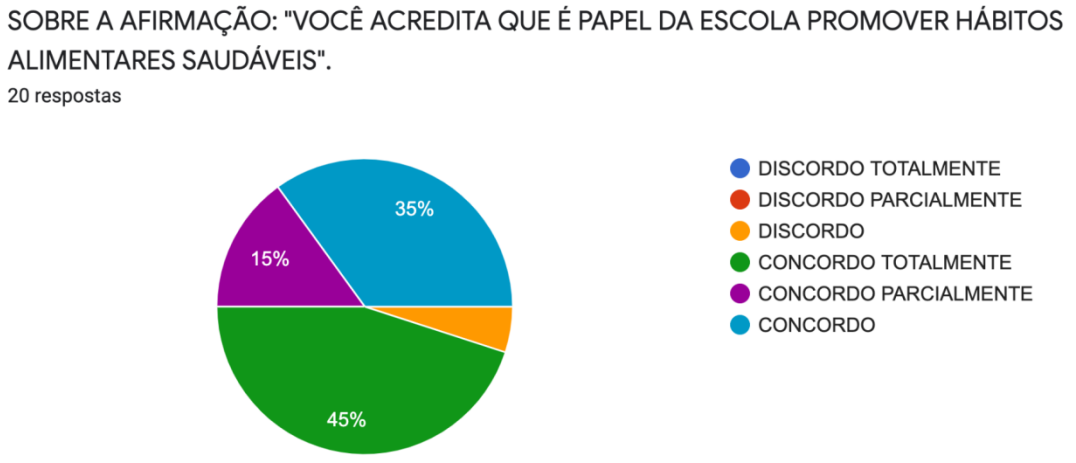
> [...] "zona de desenvolvimento proximal" que não é outra coisa se não a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz. (VIGOTSKI, 1991, p. 97).

Por fim, o questionário buscou investigar se os profissionais acreditavam que a escola, creches e pré-escolas tinham a responsabilidade de promover hábitos alimentares saudáveis.

---

[7] Para Zoia Prestes, em sua tese de doutorado defendida em 2010 pela Universidade de Brasília, a tradução mais apropriada seria Zona de Desenvolvimento Iminente.

Gráfico 17: "É responsabilidade da instituição promover hábitos alimentares saudáveis?".



Fonte: Elaborado pela autora com base no levantamento realizado.

As opiniões são divididas, mas é possível ainda observar que a maioria acredita ser papel da escola, creches e pré-escolas a promoção de uma alimentação saudável. Assim, temos a configuração de resultados como: 9 pessoas (45%) concordam totalmente; 7 pessoas (35%) concordam; 3 pessoas (15%) concordam parcialmente, somando 95% das respostas a favor da promoção de hábitos alimentares saudáveis, enquanto 1 pessoa (5%) discorda.

Educar é assumir um posicionamento político diante do mundo. De acordo com Saviani (2013, p. 247, apud MAGALHÃES, 2016, p. 10), a educação "é o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens". Da mesma forma, comer é um ato político, não só o que, mas como se come, pois perpassa por escolhas, classes sociais, *status*, sustentabilidade, saúde, educação e cultura. Dessa maneira, quanto mais o sujeito aprende estabelecendo relações sociais, mais autônomo e humano se torna, de acordo com Magalhães (2016).

Ainda pensando no papel do professor de atuar na ZDP (VIGOTSKI, 1991) e pensando que as intervenções na EI devem ser intencionais, visando o desenvolvimento integral da criança, a abordagem da educação alimentar e nutricional para a promoção de hábitos alimentares saudáveis é de suma importância em consonância com os objetivos da EI. Assim, a teoria da atividade de Leontiev (2010) explica a necessidade de uma relação com o meio em que se está inserido, aspirando um desenvolvimento que decorrerá da apropriação de um saber. Essa teoria colabora para pensarmos nas atuações desses profissionais da educação na formação de hábitos alimentares saudáveis, pois aqui, a aprendizagem se constitui na

atividade humana promovida por um objetivo que ocorrerá no meio social, por meio de uma atividade mediada entre os sujeitos e essa atividade é entre o sujeito e o objeto da atividade.

> Chamamos atividade principal aquela em conexão com a qual ocorrem as mais importantes mudanças no desenvolvimento psíquico da criança e dentro da qual se desenvolvem processos psíquicos que preparam o caminho da transição da criança para um novo e mais elevado nível de desenvolvimento. (LEONTIEV, 2010, p. 122).

Nesse sentido, Leontiev (2010) defende que a consciência se constitui nas interações sociais com seus pares, e que uma formação de consciência é diferente de apenas informar. Desse modo, no âmbito deste trabalho, defende-se a atividade das interações que fomente uma consciência alimentar nas crianças, por intermédio de ações pedagógicas intencionais por parte dos professores.

Este questionário buscou investigar as concepções de profissionais de educação de um CMEI acerca de uma educação para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, assim, a primeira seção apresentou dados que pudessem identificar como se configura o quadro de funcionários dessa instituição, evidenciando informações que traduzem o perfil dos sujeitos, como gênero, idade, formação acadêmica. A segunda seção buscou expor as concepções de uma alimentação saudável, seus hábitos alimentares pessoais e de suas famílias, o quanto é um tema de relevância e presente em suas vidas. A terceira parte finaliza o questionário e investiga o que sabem e pensam sobre uma educação que busque valorizar os hábitos alimentares, considerando todas as informações analisadas nas seções anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo de caso desenvolvido no *corpus* desse trabalho, da análise dos dados do questionário e da roda de conversa realizados, aliado à pesquisa bibliográfica e documental do primeiro capítulo, os objetivos desta monografia foram alcançados, identificando as concepções, significados e sentidos sobre alimentação saudável para profissionais de educação de um CMEI da cidade de Goiânia.

Este trabalho buscou evidenciar o binômio cuidar e educar que a Educação Infantil atribui como objetivo às suas práticas pedagógicas, como algo além da preocupação com conteúdos ou cuidados com a higiene. Ante o exposto, as creches e pré-escolas são ambientes privilegiados para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, que é a temática aqui proposta.

Ao analisar os dados, observou-se que a maioria dos profissionais são oriundos de outras áreas de atuação, assim, até os que são formados em licenciatura de pedagogia não possuem formação para atuar com o tema de alimentação saudável. São muitas as dificuldades enfrentadas, seja por não apoio da Secretaria de Educação em formação e diálogo para entender a realidade das crianças que são atendidas, ou até dos hábitos alimentares das famílias das crianças. Entretanto, a temática é um assunto recorrente e explorado no CMEI.

Tendo em vista os aspectos mencionados, a fim de levantar a questão de que alimentação é uma ação cultural e faz parte da identidade das sociedades, abordou-se a comida como cultura, a prática da comensalidade, e como as relações sociais são importantes para atribuir significados ao ato de comer, levando também, à uma consciência alimentar que o professor deve promover atuando na Zona de Desenvolvimento Proximal ou Iminente.

Sem a intenção de esgotar o tema, a contrapelo, são necessárias pesquisas futuras para aprofundar a abordagem da alimentação para além de uma visão biologicista: identificar a comida como algo identitário, cultural; conhecer as concepções das crianças e das famílias acerca de uma alimentação saudável; investigar a segurança alimentar e nutricional dessas famílias; ações de formação continuada sobre o tema para os profissionais da educação; ações de educação alimentar e nutricional para as crianças; e aprofundar os conhecimentos de como se dá o processo de aprendizagem e desenvolvimento da consciência alimentar, partindo de Vigotski e Leontiev.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. S. **Infância, Família e Creche**: um estudo dos significados atribuídos por pais e educadoras de uma instituição filantrópica. 2006. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

BRASIL. **Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola Lei 11.947 de 16/06/2009**. Brasília, DF: Casa Civil, 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069 de 13/07/1990**. Brasília, DF: Casa Civil, 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____.Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para a População Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar Para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário Temático**: promoção da saúde. Brasília, DF. 2013.

_____. Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. **Programa Nacional de Alimentação Escolar** – PNAE, Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

CERISARA, A. B *et al*. O referencial curricular nacional para a educação infantil no contexto das reformas. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 329-348, 2002.

CURY, C. R. J. Educação Infantil como dever do Estado. *In*: ABRAMOWICZ, A; HENRIQUES, A. C. **Educação infantil**: A luta pela infância. Campinas: Papirus Editora, 2020. p. 55-79.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**, v. 17, p. 177-184, 2004.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. **Revista de Nutrição**, v. 16, n. 4, p. 483-492, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, mai/jun, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 10 de nov de 2021.

LEONTIEV, A. N. Os princípios psicológicos da brincadeira pré-escolar. *In:* VIGOTSKI, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Icone, 2010.

LIMA, R. S.; NETO, J. A. F.; FARIAS, R. C. P. Alimentação, comida e cultura: o exercício da comensalidade. **Demetra**: Alimentação, Nutrição & Saúde, v. 10, n. 3, p. 507-522, 2015.

MACIEL, M. E. Identidade cultural e alimentação. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W. D. **Antropologia e Nutrição**: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 49-55, 2005.

MACIEL, M. E.; CASTRO, H. C. A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. **Demetra**: alimentação, nutrição & saúde, v. 8, p. 321-328, 2013.

MAGALHÃES, S. M. O. A abordagem histórico-crítica na (re)construção e (re)significação conceitual do lúdico, brincar, brincadeira, brinquedo e o jogo. **Revista Internacional de Formação de Professores**, v. 1, n. 4, p. 7-23, 2016.

MOTA, M. Compreendendo o processo de desenvolvimento humano: as contribuições da Psicologia sócio-histórico de Vygotsky. In: MORAL, E.; VERCELLI, L (Orgs.). **Psicologia da educação múltiplas abordagens.** São Paulo: Paco editorial, 2013.

NUNES, M. F. R; CORSINO, P; DIDONET, V. **Educação infantil no Brasil. Primeira etapa da educação básica.** Brasília: UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011.

OLIVEIRA, M. K. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento- um processo sócio-histórico. In: **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento- um processo sócio-histórico**. p.55 - 105, 1993.

OLIVEIRA, Z. M. R. Creches no sistema de ensino. *In:* MACHADO, M. L. A. **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez editora, 2008.

OLIVEIRA, Z. M. R.. **Educação Infantil:** Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez editora, 2013.

PASCHOAL, J. D; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, mar. 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639555/7124. Acesso em: 1 de nov. de 2021.

SANTOS, L. A. S. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 5, p. 681-692, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez editora, 2017.

VERISSIMO, A. C. B. *et al*. Práticas pedagógicas na educação infantil: a alimentação como campo de experiência e um prato cheio de aprendizagens. **Anais do 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão**, 2017, Brasil, 2017.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, L.S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido o (a) senhor (a) a participar da pesquisa intitulada: **UM PRATO CHEIO DE CONHECIMENTO: CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE UM CMEI SOBRE A FORMAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

Este estudo busca compreender quais são as concepções dos profissionais de educação de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) sobre a formação para uma alimentação saudável.

Realizarei com o (a) senhor (a), se me autorizar, a aplicação de um questionário, como forma de obtenção de dados para minha investigação. As informações levantadas por meio do questionário serão posteriormente analisadas.

A concordância do(a) senhor (a) na participação dessa pesquisa é voluntária, livre e gratuita, não haverá nenhum tipo de pagamento e o(a) senhor (a) também não terá despesa durante a realização do estudo.

É de garantia plena à pessoa colaboradora do presente estudo o sigilo de sua identidade e o anonimato das informações prestadas à pesquisadora.

O(A) entrevistado(a) terá acesso à organização da monografia, antes da defesa, para que possamos avaliar o seu teor e autorizar sua divulgação oficial no trabalho de conclusão de curso.

Os questionários respondidos serão de minha inteira responsabilidade, não me estando autorizado o uso de terceiros para lê-las e/ou usar citações. As informações coletadas por meio dos questionários serão tratadas com zelo, de forma ética, a fim de que seja evitada a identificação do colaborador no corpo do trabalho. Por isso, nomes fictícios serão utilizados.

O (A) senhor (a) tem plena liberdade de recusar sua participação na pesquisa, bem como de desistir da continuidade da mesma em qualquer etapa da investigação, não estando sujeito (a) a nenhum tipo de penalidade. O colaborador deve estar ciente de que os resultados dessa investigação poderão ser publicados e/ou divulgados, mantendo-se o princípio sigiloso de sua identidade. Acredito não surgirem impasses e nem futuros desconfortos ao participar desse estudo, pois este se dará de modo simples: pela realização de entrevistas e/ou questionários.

Caso surjam dúvidas referentes ao teor da pesquisa ou em qualquer aspecto de sua essência, e deseje obter informações sobre seu andamento ou opte pela desistência em sua participação,

por favor, comunique sua decisão à pesquisadora Victoria Miranda da Silva Costa, por meio do e-mail: mirandavictoria@discente.ufg.br , ou do número de telefone (21)96863-7676.

Desta forma, CONCORDO em participar de forma voluntária da pesquisa intitulada: **UM PRATO CHEIO DE CONHECIMENTO: CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE UM CMEI SOBRE A FORMAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL**

Local e Data **Assinatura do Pesquisador**

_____ _____

Declaro estar ciente das informações acima prestadas e consinto participar desta pesquisa.

Declaro também ter recebido cópia deste termo de consentimento.

Nome do Participante **Assinatura do Participante**

_____ _____

Local e Data

_____

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO: **UM PRATO CHEIO DE CONHECIMENTO: CONCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DE UM CMEI SOBRE A FORMAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.**

SEÇÃO 1: PERFIL DOS PARTICIPANTES

1- Nome

2- Idade
- 18 a 25 anos
- 26 a 31 anos
- 32 a 37 anos
- 38 a 44 anos
- 45 a 51 anos
- 52 a 57 anos
- 58 a 63 anos
- + 64 anos

3- Gênero
- Feminino
- Masculino
- Não binário
- Prefiro não dizer

5- Estado Civil
- Solteiro (a)
- Casado (a)
- Divorciado (a)
- Viúvo (a)
- Outro

6- Formação

- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Pós-graduação
- Caso você tenha curso de graduação, qual é?
- Caso você tenha pós-graduação, especifique em que.

7- Tempo de atuação na área da educação

- Até 3 anos
- Até 6 anos
- Até 9 anos
- Até 12 anos
- + de 15 anos

8- Tempo de atuação na Educação Infantil

- Até 3 anos
- Até 6 anos
- Até 9 anos
- Até 12 anos
- + de 15 anos

9- Tempo de atuação nesse CMEI

- 1 - 3 anos
- 4 - 6 anos
- + de 7 anos

10- Área de atuação no CMEI

- Administrativo
- Serviços gerais
- Sala de aula (professores (as) e auxiliares)

11- Qual sua principal atividade no CMEI?

SEÇÃO 2 - ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

12- O que você entende por alimentação saudável?

13- Sobre a afirmação: "A alimentação saudável é um tema relevante para você".
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo

13- (Selecione quantos precisar) O que você faz para ter uma alimentação saudável?
- Evito alimentos ultraprocessados
- Incluo alimentos orgânicos na minha alimentação
- Evito bebidas alcoólicas
- Consumo frutas, legumes e verduras diariamente
- Evito picos de fome me alimentando sem intervalos muito grande entre as refeições
- Bebo no mínimo 2 litros de água por dia
- Consumo pouca quantidade de sal, gordura e açúcar
- Como em ambientes apropriados e com atenção
- Evito alimentos fritos e fast foods
- Planejo minhas refeições

14- Sobre a afirmação: "Minha família tem hábitos alimentares saudáveis".
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo

15- Que tipo de alimento você considera saudável?

- Pão
- Suco de caixa
- Linguiça
- Refrigerante
- Arroz
- Manga
- Batata

16- Que tipo de alimento você não considera saudável?
- Pão
- Suco de caixa
- Linguiça
- Refrigerante
- Arroz
- Manga
- Batata

17- Você conhece o "Guia Alimentar Para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos"?
- Sim
- Não

18- Que tipo de alimentos você acha que crianças até 2 anos de idade não deveriam receber?

SEÇÃO 3 - EDUCAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

19- Sobre a afirmação: "A alimentação saudável é um assunto importante no CMEI".
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo

20- Em que momentos a temática é abordada no CMEI?

21- Como você pode possibilitar uma alimentação saudável no CMEI?

22- Quais dessas ações existem no CMEI que favorecem a promoção de uma alimentação saudável?
- Projetos pedagógicos
- Horta
- Sensibilização das famílias
- Oferta de alimentos in natura
- Refeições coletivas
- Self-service (as crianças se servem)
- Profissionais qualificados
- Fornecedores locais
- Não existe nenhuma ação que favoreça a promoção de uma alimentação saudável

23- Na sua opinião, existem dificuldades no CMEI para promover uma alimentação saudável?

24- Você acredita que os pais das crianças atendidas no CMEI incentivam uma alimentação saudável?
- Nunca
- Poucas vezes
- Frequentemente
- Sempre

25- Quais fatores dificultam a promoção de uma alimentação saudável em casa?
- Falta de conhecimento
- Falta de acesso aos alimentos
- Falta de tempo
- Falta de interesse
- Outros

26- Você possui alguma formação para abordar a temática na educação?
- Sim

- Não
- Quais?

27- Sobre a afirmação: "Você acredita que é papel da escola promover hábitos alimentares saudáveis".
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Discordo
- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Concordo

28- Gostaria de acrescentar alguma informação sobre a temática alimentação saudável?